



AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL

INFORMAÇÕES

1. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
2. A prova é composta de 110 questões objetivas.
3. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **A, B, C, D, E**, das quais somente uma deve ser assinalada no cartão-resposta.
4. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas nesse sentido aos aplicadores de prova.
5. Ao receber o cartão-resposta, verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
6. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica transparente de tinta **preta ou azul**, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação e seguindo as orientações do cartão-resposta para o preenchimento.
7. Nas salas de prova e durante a realização desta, não será permitido ao candidato: manter em seu poder relógios, armas e aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, calculadora, agenda eletrônica, MP3, tablets etc.), devendo acomodá-los no saco plástico fornecido pelo aplicador para este fim. O candidato que estiver portando qualquer desses instrumentos durante a realização da prova será eliminado do Concurso Público. É proibido usar bonés, gorros, chapéus e semelhantes, bem como alimentar-se dentro da sala, com exceção de barras de cereal ou chocolate e água em garrafa transparente e sem rótulo. Também é proibido comunicar-se com outro candidato, usar a calculadora e equipamentos similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.
7.1 Se você não recebeu um saco plástico para acomodar seus pertences, solicite-o ao fiscal.
8. A duração da prova é de 5 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões, além da transcrição das respostas para o cartão-resposta.
9. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização e **entregue o caderno de prova e o cartão-resposta**.
10. O candidato somente poderá retirar-se da sala após 2 (duas) horas do início da prova, devendo, **obrigatoriamente, entregar o caderno de provas e o cartão-resposta devidamente assinado ao fiscal de sala**.

Duração total da prova: 5 horas

✂-----

RESPOSTAS									
1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.
41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.	49.	50.
51.	52.	53.	54.	55.	56.	57.	58.	59.	60.
61.	62.	63.	64.	65.	66.	67.	68.	69.	70.
71.	72.	73.	74.	75.	76.	77.	78.	79.	80.
81.	82.	83.	84.	85.	86.	87.	88.	89.	90.
91.	92.	93.	94.	95.	96.	97.	98.	99.	100.
101.	102.	103.	104.	105.	106.	107.	108.	109.	110.



EM BRANCO



DIREITO CIVIL

1. Uma das espécies mais comuns de contrato é o de compra e venda, que pode ser caracterizado quando “um contratante se compromete a transferir o domínio de certa coisa e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro”. Em relação ao elemento “preço” no contrato de compra e venda, é **CORRETO** afirmar que
- A) os contratantes podem deixar a fixação do preço à bolsa de valores, bastando mencionar a sua localidade.
 - B) é defeso às partes fixarem o preço em função de índices ou parâmetros, mesmo que suscetíveis a objetiva determinação.
 - C) a fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar.
 - D) é lícito aos contratantes, no contrato de compra e venda, deixar ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
 - E) convencionada a venda sem fixação de preço ou de critérios para a sua determinação, se não houver tabelamento oficial, entende-se que umas das partes pode suprir a omissão e fixar um preço.
2. Sobre as diversas classes de bens previstas no Código Civil brasileiro, analise as assertivas abaixo.
- I. Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.
 - II. Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes.
 - III. Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
 - IV. O direito à sucessão aberta é considerado bem móvel para os efeitos legais.
 - V. As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local, não perdem o caráter de bens imóveis.
- Estão **CORRETAS** apenas as assertivas
- A) I, II e V.
 - B) II, IV e V.
 - C) II, III e IV.
 - D) I, II e III.
 - E) I, III e V.
3. Em regra, a abertura da sucessão dá-se com a morte da pessoa, no entanto, há alguns casos em que a morte não é dada como certa e provada, e com o intuito de solucionar esse entrave da ausência de uma pessoa, o sistema jurídico brasileiro admite a chamada “morte presumida”, portanto, presume-se que a ausência significa, pelo menos temporariamente, a morte de uma pessoa, o que justificaria a abertura da sucessão, em um primeiro momento de forma provisória. A lei elenca um rol de “interessados” que podem pedir a declaração de ausência e a consequente abertura de sucessão provisória.
- Acerca da declaração de ausência e da consequente instauração da sucessão provisória, é **CORRETO** afirmar que
- A) se o ausente deixou representante ou procurador, não se pode pedir a declaração de ausência e a sucessão provisória.
 - B) dez anos depois da prolação da sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.
 - C) o cônjuge separado judicialmente há menos de um ano pode pedir a declaração de ausência.
 - D) tendo decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, pode-se pedir a declaração de ausência e a sucessão provisória.
 - E) regressando o ausente nos dez anos seguintes à declaração da sucessão definitiva, será restituído em todos os bens existentes desde a sua ausência.
4. O nosso dia a dia é permeado de obrigações, das mais relevantes até aquelas irrelevantes do ponto de vista jurídico. E o Direito Civil pátrio consagra diversas formas de adimplemento e extinção das obrigações, e uma dessas modalidades de extinção das obrigações é quando um credor aceita receber prestação diversa da que lhe é devida originalmente. Essa modalidade damos o nome de
- A) Dação em pagamento.
 - B) Novação.
 - C) Imputação.
 - D) Compensação.
 - E) Confusão.

5. Em 16/05/2018, o Senado Federal, na qualidade de última Casa para deliberação, aprovou o Projeto de Lei XXX/2017. Referida legislação foi sancionada pelo Presidente da República em 19/05/2018 e foi oficialmente publicada no dia 05/06/2018, sem disposição expressa sobre a data de início da vigência. Em 15/06/2018, ainda no período de vacância, houve correção de alguns trechos inseridos na parte normativa da lei, sem modificação das partes preliminar e final, tendo sido novamente publicada em 24/06/2018.

Considerando a hipótese construída, o prazo de início da vigência da lei será de

- A) 45 (quarenta e cinco) dias contados de 05/06/2018.
B) 45 (quarenta e cinco) dias contados de 15/06/2018.
C) 45 (quarenta e cinco) dias contados de 24/06/2018.
D) 60 (sessenta) dias contados de 19/05/2018.
E) 60 (sessenta) dias contados de 24/06/2018.
6. Entre diversas formalidades e exigências legais às quais os noivos estão sujeitos, uma delas é a estipulação do regime de bens ao qual a união estará sujeita. Fora casos excepcionais, é lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver. Em relação ao regime de bens, é **CORRETO** afirmar que
- A) é lícito aos cônjuges depois de celebrado o casamento alterarem o regime de bens por Escritura Pública a ser lavrada no cartório em que está arquivada a certidão de casamento e ressalvados direitos de terceiros.
B) é lícito aos cônjuges depois de celebrado o casamento alterarem o regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.
C) é lícito aos cônjuges depois de celebrado o casamento alterarem o regime de bens por instrumento particular, desde que seja arquivado no cartório que celebrou o casamento e ressalvados direitos de terceiros.
D) não é lícito aos cônjuges depois de celebrado o casamento alterarem o regime de bens, pois no direito Civil vigora o princípio da imutabilidade do regime de comunhão de bens, não sendo possível alterá-lo depois da celebração do casamento.
E) os cônjuges podem alterar o regime de bens somente quando da feitura do pacto antinupcial.
7. “É, contudo, no negócio jurídico, até que se estabeleça nova conceituação, que repousa a base da autonomia da vontade, o fundamento do direito privado. Não obstante as críticas que sofre, a doutrina do negócio jurídico demonstra ainda grande vitalidade do direito ocidental, mormente na Itália, Alemanha e França. O negócio jurídico continua sendo um ponto fundamental de referência teórica e prática. É por meio do negócio jurídico que se dá vida às relações jurídicas tuteladas pelo direito”.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Código Civil Interpretado**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 109.

Dentro dessa temática e considerando as disposições do Código Civil brasileiro, analise as assertivas que seguem.

- I. A impossibilidade inicial do objeto, ainda relativa, invalida de pleno direito o negócio jurídico.
II. Nas hipóteses em que o objeto do direito ou da obrigação comum seja indivisível, a incapacidade relativa de uma das partes poderá ser aproveitada pelos cointeressados capazes.
III. Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia devem ser interpretados de forma ampliativa.
IV. A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
V. Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

Estão **CORRETAS** apenas as alternativas

- A) I, II e V.
B) II, III e V.
C) I, II e III.
D) I, III e IV.
E) II, IV e V.

8. Leia as assertivas que seguem sobre as diversas espécies de pessoas jurídicas disciplinadas no Código Civil brasileiro.

- I. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, o qual não poderá ser inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- II. Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.
- III. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.
- IV. O direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, prescreve em 05 (cinco) anos, contados o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- V. Nas associações, os associados devem ter iguais direitos, sendo absolutamente vedado que o estatuto institua categorias com vantagens especiais.

Estão **CORRETAS** apenas as alternativas

- A) I, II e III.
- B) I, II e V.
- C) II, IV e V.
- D) III, IV e V.
- E) I, III e IV.

9. É sabido que o direito de posse é disciplinado e consagrado pelo Direito Civil, no entanto, o possuidor pode encontrar resistência de terceiros ao gozo de sua posse, e nessas hipóteses, a legislação civil prevê para cada tipo de incômodo uma medida jurídica para salvaguardar a sua posse, e quando o possuidor vê sua posse “esbulhada”, nessa hipótese, segundo o que disciplina o a legislação civil, o possuidor deve socorrer-se do judiciário para ser

- A) restituído na posse.
- B) mantido de posse.
- C) conservado na posse.
- D) segurado de uma violência iminente.
- E) salvaguardado em sua posse.

10. Sobre prescrição e decadência de acordo com o que está previsto no Código Civil brasileiro, analise as afirmações abaixo.

- I. Prescreve em três anos a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- II. Prescreve em dois anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- III. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- IV. A interrupção da prescrição operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis.
- V. Prescreve em três anos a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

Marque a opção que apresenta **TODAS** as alternativas **CORRETAS**.

- A) I, III e V.
- B) II, IV e V.
- C) I, II e IV.
- D) III, IV e V.
- E) I, II e III.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. De acordo com o STF – “A competência legislativa concorrente cria o denominado “condomínio legislativo” entre a União e os Estados-Membros, cabendo à primeira a edição de normas gerais sobre as matérias elencadas no art. 24 da Constituição Federal; e aos segundos o exercício da competência complementar — quando já existente norma geral a disciplinar determinada matéria (CF, art. 24, § 2º) — e da competência legislativa plena (supletiva) — quando inexistente norma federal a estabelecer normatização de caráter geral (CF, art. 24, § 3º)”

ADI 5077, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 25/10/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-250 DIVULG 22-11-2018 PUBLIC 23-11-2018.

Sobre a *competência legislativa concorrente* entre União, Estados e Distrito Federal, é **CORRETO** afirmar que compreende

- A) legislar sobre populações indígenas.
- B) legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios.
- C) a possibilidade de instituição de regiões metropolitanas, desde que por meio de lei complementar.
- D) legislar sobre registros públicos.
- E) legislar sobre orçamento.

12. Sobre o Tribunal de Contas da União, é **CORRETO** afirmar que

- A) compete ao Congresso Nacional indicar um terço dos membros do Tribunal de Contas da União.
- B) compete ao TCU fiscalizar recursos transferidos pela União para os Estados, Distrito Federal e Municípios no âmbito de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres.
- C) o Senado deve aprovar a indicação de todos os Ministros do Tribunal de Contas da União.
- D) compete ao Tribunal de Contas da União controlar previamente a validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público.
- E) compete ao Tribunal de Contas da União sustar direta e imediatamente a execução de contratos administrativos que contenham irregularidades.

13. Segundo o STF: “O instituto da intervenção federal, consagrado por todas as Constituições republicanas, representa um elemento fundamental na própria formulação da doutrina do federalismo, que dele não pode prescindir – inobstante a excepcionalidade de sua aplicação –, para efeito de preservação da intangibilidade do vínculo federativo, da unidade do Estado Federal e da integridade territorial das unidades federadas”.

MS 21.041, rel. min. Celso de Mello, j. 12-6-1991, P, DJ de 13-3-1992.

Em relação ao regime constitucional da intervenção federal, pode-se afirmar que

- A) o Decreto de Intervenção não tem prazo certo, devendo a medida durar pelo tempo em que os motivos que levaram à decretação da medida existirem.
- B) cabe ao Tribunal Superior do Trabalho requisitar a decretação de intervenção no caso de desobediência das suas ordens e decisões.
- C) a não aplicação por parte dos Municípios das receitas mínimas exigidas na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde autoriza a intervenção por parte do Estado.
- D) o Decreto de intervenção federal será submetido ao Congresso Nacional no prazo de 24h, exceção feita ao caso em o Congresso não esteja funcionando, devendo, neste caso, o Decreto ser submetido ao Congresso tão logo suas atividades sejam retomadas.
- E) o Distrito Federal detém competência para decretar intervenção nos Municípios que se situam em seu território.

14. Sobre o regime constitucional do Poder Executivo e de seus integrantes, é **CORRETO** afirmar que

- A) compete ao Presidente da República, mediante Decreto, dispor sobre organização e funcionamento da Administração Federal, competindo-lhe criar e extinguir órgãos públicos.
- B) o recebimento pelo Supremo Tribunal Federal de denúncia ou queixa-crime por crime comum praticado pelo Presidente da República implica a suspensão das suas funções.
- C) a concessão de indulto e a comutação de penas pelo Presidente da República dependem de autorização do Congresso Nacional.
- D) a nomeação de Ministros de Estado exige a cumulação das seguintes condições: ser brasileiro nato, ser maior de idade e estar no exercício dos direitos políticos.
- E) a competência do Presidente da República para concessão de indulto é indelegável, não podendo ser atribuída aos Ministros de Estado.



15. Considerando as alternativas referentes ao Poder Judiciário e o estatuto constitucional da magistratura, está **CORRETO** afirmar que
- A) aos juízes, é vedado o exercício da advocacia no juízo ou tribunal que integravam antes de decorridos três anos do afastamento por aposentadoria ou exoneração.
 - B) o ingresso na carreira se dá no cargo de Juiz Substituto, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, dois anos de atividade jurídica.
 - C) as sessões administrativas dos Tribunais serão reservadas, sendo públicos os julgamentos dos Órgãos do Poder Judiciário, ressalvados, neste último caso, os casos de sigilo previstos em lei.
 - D) os atos de remoção, disponibilidade e aposentadoria dos magistrados por interesse público serão tomados por decisão da maioria simples dos Tribunais ou do Conselho Nacional de Justiça.
 - E) o Conselho Nacional de Justiça deve conter em sua composição um Juiz Estadual indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
16. Analise as alternativas e marque a **CORRETA** sobre o regime constitucional do Ministério Público.
- A) Não compete ao Ministério público a defesa de interesses individuais, ainda que indisponíveis, mas sim a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais.
 - B) Ao Ministério Público, são vedadas a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
 - C) Ao Presidente da República, compete indicar o Procurador-Geral da República, podendo recair a indicação em qualquer cidadão que seja brasileiro nato, tenha mais de 35 anos e que possua notório saber jurídico e reputação ilibada.
 - D) O Ministério Público abrange o Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.
 - E) Os membros do Ministério Público podem exercer outras funções públicas, desde que em disponibilidade.
17. Considerando o Sistema Tributário Nacional, está **CORRETO** afirmar que
- A) é possível a União instituir isenção de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - B) o Poder Executivo pode alterar a alíquota do imposto sobre produtos industrializados.
 - C) a União, os Estados e os Municípios podem instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais.
 - D) o Congresso Nacional poderá fixar alíquotas máximas para o imposto sobre circulação de mercadorias, mediante resolução de iniciativa de um terço dos seus membros, aprovada pela maioria absoluta dos seus membros.
 - E) no exercício da competência residual em matéria tributária, a União poderá criar impostos não previstos na sua competência, inclusive tendo fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.
18. Sobre o controle de constitucionalidade e súmulas vinculantes, é **CORRETO** afirmar que
- A) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil pode requerer a aprovação, revisão ou cancelamento de súmulas vinculantes.
 - B) ao Supremo Tribunal Federal, compete julgar em sede de ação direta de inconstitucionalidade a compatibilidade de atos normativos federais, estaduais e municipais com a Constituição.
 - C) nas ações de inconstitucionalidade propostas contra leis estaduais, dispensa-se a manifestação do Procurador Geral da República.
 - D) por decisão de dois terços de seus membros, o Supremo Tribunal Federal poderá editar súmula dotadas de efeitos vinculantes em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, assim como para a Administração Pública Federal, exclusivamente.
 - E) o descumprimento de Súmula por parte de juízes de primeira instância será examinado em sede de reclamação dirigida ao Tribunal a que estiverem vinculados.
19. Considere as alternativas sobre a ordem econômica na Constituição Federal e assinale a opção **CORRETA**.
- A) O exercício de qualquer atividade econômica está condicionado à autorização de órgãos públicos que podem determinar, independente de Lei, as condições necessárias à proteção do interesse público.
 - B) Como agente normativo e regulador compete ao Estado fiscalizar, incentivar e planejar a atividade econômica, de modo determinante para os setores públicos e privados.
 - C) Incumbe ao Estado prestar diretamente serviços públicos aos usuários, sendo admitida sua delegação apenas para empresas integrantes da Administração Pública.
 - D) A pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados não podem ser delegados à exploração privada.
 - E) As empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, estando desobrigadas de realizar licitações nas suas contratações.

20. Marque a afirmativa **CORRETA** sobre o orçamento público.

- A) As leis que instituem planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais são de iniciativa do Legislativo.
- B) As condições para a instituição e funcionamento de fundos são definidas em Lei Ordinária.
- C) É admitida a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.
- D) O exame dos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual compete à Comissão mista permanente, integrada por Senadores e Deputados.
- E) A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, independe de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. Sobre a responsabilidade tributária é **CORRETO** afirmar que

- A) no caso de arrematação em hasta pública, o arrematante é contribuinte dos débitos tributários que já existiam sobre os bens imóveis arrematados.
- B) o espólio é responsável tributário pelos débitos tributários devidos pelo de cujus até o momento da abertura da sucessão e posteriores, até a partilha de bens.
- C) o registrador imobiliário é responsável tributário, com benefício de ordem, pelo cumprimento da obrigação principal existente sobre o imóvel que ele registra.
- D) todos os sócios são responsáveis tributários pelos débitos deixados pela sociedade da qual faziam parte.
- E) os adquirentes de fundo de comércio são responsáveis tributários pelos débitos que existiam sobre ele, mesmo que não continue a respectiva exploração.

22. Assinale a alternativa **CORRETA** acerca das Normas Gerais de Direito Tributário.

- A) A capacidade tributária ativa compreende funções de natureza administrativa e política, como as funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.
- B) Competência residual é aquela conferida à União para instituir, mediante lei complementar, outros impostos além daqueles expressamente autorizados pela Constituição Federal, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados na Constituição.
- C) A competência tributária é o poder de instituir, modificar e extinguir tributos, sendo uma obrigação do ente político competente criar o tributo que lhe foi conferido pela Constituição.
- D) O lançamento tem a finalidade de calcular o montante do tributo devido, de modo que, quando o valor estiver expresso em moeda estrangeira, deverá ser feita a conversão em moeda nacional ao câmbio do dia do ato de lançamento.
- E) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez, não podendo ser ilidida por qualquer prova que o sujeito passivo tenha o interesse de produzir, uma vez que, após a inscrição, está encerrada a fase de apuração do valor devido.

23. Assinale a alternativa **CORRETA** sobre os efeitos da interpretação tributária e causas de exclusão, suspensão e extinção do crédito tributário nos termos do Código Tributário Nacional.

- A) A exclusão e extinção do crédito tributário só podem ser interpretadas literalmente.
- B) Os princípios de outros ramos do Direito podem definir efeitos no âmbito tributário.
- C) As causas de suspensão do crédito tributário podem ser interpretadas de forma extensiva.
- D) A lei tributária atinge tanto os fatos geradores futuros, quanto os pendentes.
- E) Interpreta-se extensivamente o cumprimento das obrigações acessórias.

24. Imunidade tributária é hipótese de não incidência constitucionalmente qualificada. Em relação às imunidades, assinale a opção **CORRETA**.

- A) As operações interestaduais com energia elétrica e com petróleo e seus derivados são tributadas pelo ICMS. Por esta razão, a venda de energia elétrica de Itaipu (situada no Estado do Paraná) para a CEMIG (situada em Minas Gerais) é tributada pelo ICMS.
- B) Permanece imune ao IPTU, mesmo que alugado a terceiros, o imóvel pertencente a partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e de assistência social, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.



- C) A taxa sobre o serviço público de tratamento de lixo, instituída pelo Município de Campo Grande-MS, não pode ser cobrada das igrejas, uma vez que é vedado aos Municípios cobrar tributos sobre templos de qualquer culto.
- D) Os livros digitais não estão abrangidos pela imunidade tributária conferida aos livros impressos, uma vez que as normas que conferem imunidade devem ser interpretadas restritivamente.
- E) A imunidade recíproca é aquela que veda a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros. Todavia, ela não é extensiva às autarquias e às fundações públicas, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, mesmo que vinculados a suas finalidades essenciais.

25. Sobre competência tributária e os conceitos de direito privado, analise as assertivas e marque a opção **CORRETA**.

- A) O conceito de mercadoria utilizado no ICMS pode ser ampliado pelo legislador estadual.
- B) O conceito de serviço utilizado no ISS pode ser ampliado pelo legislador municipal.
- C) O conceito de salário utilizado nas contribuições previdenciárias pode ser ampliado pelo Código Tributário Nacional.
- D) O conceito de bem móvel utilizado no IPVA pode ser ampliado pelo legislador estadual.
- E) O conceito de renda, que já foi regulamentado, pode ser modificado pelo legislador federal.

26. A respeito das disposições do Código Tributário Nacional relativas à responsabilidade tributária, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão. Assim, entre a abertura da sucessão e a data da partilha, o espólio cumprirá dois papéis concomitantemente: será o contribuinte pelos tributos devidos até a data da morte e será o responsável pelos tributos incidentes no curso do inventário.
- B) A simples falta de pagamento do tributo configura, por si só, circunstância que acarreta a responsabilidade subsidiária do sócio.
- C) A responsabilidade por infrações é subjetiva, isto é, depende da intenção do agente, cabendo ao Fisco demonstrar a presença de dolo ou culpa do sujeito passivo.
- D) Na responsabilidade tributária de sucessores, o adquirente de bem imóvel passa a ser responsável pelas obrigações tributárias anteriores do bem. Assim, se Reginaldo tem um apartamento com débito de IPTU referente aos anos de 2016 e 2017 e o vende a Wesley, o débito tributário será de responsabilidade deste último, salvo se no título constar a prova de quitação.
- E) Na solidariedade tributária, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita a todos os demais, assim como a isenção concedida a um dos devedores, ainda que outorgada pessoalmente, exonera todos os obrigados.

27. Sobre os tributos e os princípios aplicados a eles, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Às contribuições para seguridade social, se aplica o princípio da anterioridade clássica.
- B) À contribuição de iluminação pública, não se aplica o princípio anterioridade clássica.
- C) O IPI é exceção ao princípio da noventena.
- D) Às contribuições de melhoria, não se aplicam o princípio da anterioridade clássica.
- E) Às contribuições de intervenção no domínio econômico sobre combustíveis, se aplica o princípio da noventena.

28. Analise as assertivas que seguem sobre a competência tributária para cobrança de ITBI, sua imunidade e incidências, indicando a opção **CORRETA**.

- A) O ITBI não incide na desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica para os mesmos alienantes que a integralizaram em pagamento de capital social nela subscrito.
- B) Se o objeto preponderante do contrato social da pessoa jurídica que recebeu imóvel como integralização de capital for de compra e venda de imóvel, após mais de 2 anos da sua aquisição, incidirá ITBI.
- C) O ITBI é imune para a compra e venda de direitos sobre bens móveis.
- D) Não se paga ITBI quanto aos valores da acessão física do imóvel.
- E) Na cessão gratuita de bem móvel, incide ITBI.

29. A respeito das hipóteses de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, assinale a opção **CORRETA**.

- A) A anistia pressupõe a prévia existência do ato do lançamento tributário, já que a Fazenda Pública dispensa do crédito relativo ao tributo. Pela remissão ocorre o perdão da penalidade tributária. Portanto, ambos institutos são parecidos, mas distintos, pois a anistia extingue o crédito tributário, enquanto a remissão é causa de exclusão de penalidade tributária.
- B) A decadência é o prazo de cinco anos que a Fazenda Pública tem para ingressar em juízo com a ação de cobrança (ação de execução).
- C) As impugnações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do procedimento administrativo tributário, não suspendem a exigibilidade do crédito tributário, já que não há garantias de que os sujeitos passivos paguem o tributo devido ao final do litígio.



- D) A moratória, definida como o perdão da falta cometida pelo infrator de deveres tributários, suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- E) A Fazenda Pública dispõe de cinco anos para efetuar o lançamento, prazo que se ultrapassado estará decaído o direito de celebrá-lo. Todavia, o prazo decadencial dos tributos sujeitos ao lançamento de ofício, como regra geral, inicia-se no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido lançado, fato que, na prática, amplia o prazo decadencial acima referido.

30. Em relação às taxas e arrecadações de Municípios, analise e marque a alternativa **CORRETA**.

- A) As taxas de coleta de lixo podem ter por base de cálculo o valor do metro quadrado do imóvel.
- B) O valor das taxas devem guardar uma equivalência razoável com o custo que o Estado teve para fiscalizar ou prestar o serviço.
- C) As taxas de polícia para investigação de crimes são devidas por serem serviços específicos e divisíveis.
- D) O valor arrecadado pelas contribuições de iluminação pública podem ser utilizados para reformar os muros de uma escola.
- E) As taxas ambientais podem ter por base de cálculo o valor do produto florestal.

31. O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto pela Lei Complementar n.º 123, de 2006, aplicável às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte. A respeito do Simples Nacional, assinale a opção **CORRETA**.

- A) O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, de diversos tributos, como o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); o Imposto de Importação (II); o Imposto Territorial Rural (ITR) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), entre outros.
- B) Os Estados participam facultativamente do Simples Nacional. Todavia, se ingressarem neste regime tributário, não há possibilidade de adoção de limites diferenciados de receita bruta das empresas de pequeno porte, para efeitos de recolhimento de ICMS.
- C) As empresas constituídas sob a forma de sociedade por ações e as empresas que possuam débitos com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) podem optar e recolher tributos pelo Simples Nacional, desde que sua receita bruta não ultrapasse o limite anual de R\$ 4.800.000,00.
- D) A empresa Alfa, aberta em 12/05/2017, deseja optar pelo Simples Nacional a partir de janeiro de 2018. Como iniciou suas atividades no ano-calendário anterior ao da opção, sujeita-se, para fins de opção, ao limite proporcional de R\$ 3.200.000,00 (R\$ 400.000,00 × 8 meses). Poderá optar pelo Simples Nacional desde que não tenha ultrapassado o limite proporcional em 2017 (R\$ 3.200.000,00 de receita no mercado interno mais R\$ 3.200.000,00 com receita de exportação).
- E) A opção pelo Simples Nacional da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e empresa de pequeno porte dar-se-á na forma estabelecida em ato do Ministro da Fazenda, podendo ser cancelada a qualquer tempo pelo sujeito passivo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

32. Relativamente às modalidades das licitações promovidas pela União, é **CORRETO** afirmar-se que

- A) correspondem aos diferentes critérios de julgamento aos quais a Constituição faz referência.
- B) são diferenciadas em função do item orçamentário a que correspondem.
- C) têm procedimentos administrativos diferentes e estão definidas em normas infraconstitucionais.
- D) devem coincidir com os tipos de licitação já definidos pela Constituição.
- E) são diferentes conforme se trate de licitação para obra, serviço, compra ou alienação.

33. Em 2017 foi publicada a lei que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos - Lei 13.460. Sobre esta recente normatização da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Os serviços públicos prestados por particular também podem ser fiscalizados pela nova Lei de Defesa do Usuário de Serviço Público, ainda que sua aplicação, nestes casos, seja subsidiária.
- B) A nova lei afasta a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Defesa do Consumidor.
- C) O conceito de usuário de serviço público não é aplicável às pessoas jurídicas.
- D) O assunto contido na lei não é uma matéria que possui previsão de tratamento legal expressa na Constituição da República.
- E) O conselho de usuários é um órgão consultivo e deliberativo que deve ser constituído mediante lei específica de cada entidade federativa.



34. Relativamente às hipóteses nas quais a União não estará obrigada a promover licitação, pode-se afirmar que
- A) estão arroladas em dispositivos constitucionais esparsos.
 - B) dependem da modalidade de licitação em conjugação com os tipos definidos constitucionalmente.
 - C) são opções discricionárias do agente da Administração.
 - D) são definidas em um único dispositivo constitucional.
 - E) são definidas por normas infraconstitucionais.
35. O ressarcimento ao erário por atos de agentes públicos que incorrem em ilícitos, ou até mesmo improbidade, é um tema controvertido. Até mesmo grandes juristas possuem dúvidas a respeito do assunto. Particularmente, é interessante uma passagem de Celso Antônio Bandeira de Mello a respeito da questão na 33ª edição do seu Curso de Direito Administrativo: “Até a 26ª edição deste Curso admitimos que, por força do § 5º do art. 37, de acordo com o qual os prazos de prescrição para ilícitos causados ao erário serão estabelecidos por lei, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento, estas últimas seriam imprescritíveis. É certo que aderíamos a tal entendimento com evidente desconforto, por ser óbvio o desacerto de tal solução normativa. (...) Já não mais aderimos a tal desabrida inteligência.” Sobre o assunto, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) A Constituição da República prevê expressamente que serão imprescritíveis os casos de atos culposos de improbidade, razão pela qual não houve manifestação do Supremo Tribunal Federal a respeito deste tema.
 - B) O ressarcimento ao erário por atos de improbidade administrativa cometidos por agentes públicos, no Brasil, segue os prazos prescricionais do Código Civil, conforme já pacificou o Supremo Tribunal Federal.
 - C) Trata-se de um assunto já debatido pelo Supremo Tribunal Federal, que entendeu serem prescritíveis as ações decorrentes de ilícitos cíveis comuns e imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário decorrentes de atos dolosos de improbidade administrativa.
 - D) A Constituição da República foi emendada para a alteração do artigo 37, parágrafo 5º, excluindo-se a expressão “ressalvadas”, razão pela qual não possuem mais validade as considerações do autor mencionadas no enunciado da questão.
 - E) Os prazos mencionados na redação do artigo 37, parágrafo 5º da Constituição da República são decadenciais e não prescricionais.
36. Contratos administrativos para os quais a União deve licitar, podem ter, entres outros, os seguintes objetos:
- A) obra, serviço, compra, permuta, doação.
 - B) obra, serviço, fornecimento, concessão de serviço público.
 - C) obra, compra, serviço, comodato.
 - D) obra, serviço, compra, financiamento.
 - E) obra, compra, serviço, transação.
37. Segundo Daniel Wunder Hachem, “o complexo de princípios e regras que regem o ramo jurídico em comento passa a ser explanado, nessa linha, com base em dois princípios: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade dos interesses público. Um não pode ser compreendido sem o outro, sob pena de desnaturação da essência que subjaz a esse subsistema jurídico”. Considerando a temática suscitada pelo autor, assinale a alternativa **CORRETA**.
- A) O ramo jurídico a que se refere o autor é o direito público como um todo, incluindo áreas como o direito administrativo e o direito penal.
 - B) O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado impõe a vedação de transações e acordos administrativos sem que lei prévia os autorize em cada caso concreto.
 - C) A indisponibilidade dos interesses públicos é um princípio destinado a ser vinculante inclusive nas relações privadas horizontais.
 - D) A criação de câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos pelos entes federativos não contrapõe a indisponibilidade dos interesses públicos mesmo quando implicar em composição jurídica entre particulares e a Administração Pública.
 - E) Os dois princípios referidos pelo autor são princípios constitucionais expressos na Constituição da República em seu capítulo VII – Da Administração Pública.
38. O controle da atuação da Administração Pública Federal direta e indireta, pelo Poder Legislativo, abrange, entre outros aspectos:
- A) a legalidade, a legitimidade e a economicidade.
 - B) a legalidade do atos discricionários e o julgamento dos recursos hierárquicos.
 - C) apenas a conveniência e oportunidade administrativa da celebração dos contratos.
 - D) proporcionalidade na aplicação discricionária dos aspectos vinculados das normas derivadas de regulamentos.
 - E) os casos concretos de dispensa e de inexigibilidade discricionárias de licitação.

39. Eneida Desiree Salgado, ao tratar da Lei 12.527/2011, assim assevera: "a Lei de Acesso à Informação vem cumprir a Constituição, realizar seus princípios e garantir suas regras, concretizando as promessas constitucionais de publicidade e transparência". Considerando a ligação ontológica entre o princípio da publicidade, estabelecido no artigo 37, *caput*, da Constituição, como condicionante do regime jurídico da Administração Pública, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) As disposições da Lei de Acesso à Informação não se aplicam às entidades privadas sem fins lucrativos mesmo que recebam recursos públicos, pois existe regulamentação própria para este caso.
- B) Não há ligação necessária entre o direito de acesso à informação e o princípio da publicidade na Administração.
- C) Mediante decreto específico é possível a criação de taxas para o serviço de busca e fornecimento da informação, independentemente da cobrança dos valores para ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais usados.
- D) A publicidade é um princípio constitucional geral da Administração Pública, não sendo admitido, em qualquer hipótese, o sigilo na atividade administrativa – exceto para o sigilo dos atos processuais.
- E) Subordinam-se à Lei de Acesso à Informação os Poderes Executivo e Legislativo, Cortes de Contas, Judiciário e Ministério Público, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

40. Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, é **CORRETO** afirmar-se que

- A) além da observância de outros comandos normativos, deve dispor sobre o limite máximo das despesas que não poderão ser superiores a dois terços das receitas, e deve conter anexo referente a metas fiscais semestrais e outro anexo com a avaliação dos passivos contingentes e dos demais riscos que possam afetar as metas públicas.
- B) além de outros requisitos, deve dispor sobre o percentual de cinquenta e três por cento das receitas que não poderá ser superado pelas despesas, e deve conter anexo referente a metas fiscais bianuais e outro anexo com a avaliação dos ativos contingentes e dos demais riscos que possam afetar as receitas públicas dos três meses anteriores.
- C) além de outros requisitos, deve dispor sobre equilíbrio entre receitas e despesas, e deve conter anexo referente a metas fiscais anuais e outro anexo com a avaliação dos passivos contingentes e dos demais riscos que possam afetar as contas públicas.
- D) além de outros requisitos, deve dispor sobre equilíbrio entre receitas e despesas, e deve conter anexo referente a metas fiscais plurianuais dos empreendimentos públicos de saúde e outro anexo com a previsão dos ativos contingentes e das demais receitas obtidas por equívocos nas receitas não reclamados pelo contribuinte.
- E) além de outros requisitos, deve dispor sobre as receitas obtidas pela União nos contratos de concessão de serviços públicos e despesas, e deve conter anexo referente a metas políticas anuais e um capítulo com a reavaliação dos passivos contingentes e das demais externalidades que tenham afetado as contas públicas a cada valorização do dólar americano.

41. A anulação, a revogação e a convalidação dos atos administrativos é um dos temas mais clássicos do regime jurídico da Administração Pública. A Lei Federal de Processo Administrativo, todavia, foi publicada apenas no ano de 1999, sob os influxos das inovações da Constituição de 1988 sobre a matéria. A respeito deste tema, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A anulação é ato peremptório, sendo vedado pela Lei 9.784/99 a modulação dos seus efeitos, que serão sempre retroativos, atingindo as relações impactadas desde o início de sua edição, mesmo no caso de boa-fé de terceiro.
- B) O ato de convalidação é aquele em que mesmo existindo vícios na configuração do ato convalidado, podem estar presentes elementos aptos a justificar a sua manutenção no sistema jurídico.
- C) A revogação é ato vinculado, dependente de tipificação expressa no ordenamento jurídico para que possa incidir sobre os atos anteriormente praticados pelo administrador.
- D) O direito de anular os atos administrativos prescreve no prazo de 10 anos, contados da data em que foram descobertos, ou seja, tornaram-se de conhecimento da autoridade responsável pela apuração.
- E) São imprescritíveis os casos que envolvam prestações de trato sucessivo, ou seja, com existência de efeitos patrimoniais contínuos.

42. A União e seus concessionários de serviços públicos são diretamente responsáveis pelos danos

- A) provocados por seus agentes, nessa qualidade, mediante dolo ou culpa.
- B) provocados mediante dolo por seus agentes concursados, atuando em suas funções próprias.
- C) provocados por seus agentes, desde que estejam atuando nessa qualidade, tenham eles agindo ou não com dolo ou culpa.
- D) provocados por agentes pessoas físicas, mas decorrentes de caso fortuito ou força maior.
- E) somente quando provocados mediante abuso de poder.

PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir para responder às questões **43** e **44**.

Responsável pela ação que, em 2012, garantiu o direito legal ao aborto nos casos de anencefalia, a professora da Universidade de Brasília (UnB) Débora Diniz diz que a descriminalização retira a punição que recai sobre a mulher.

Segundo ela, descriminalizar significa retirar a investigação, o estigma e a perseguição contra vítimas, em geral, mulheres mais jovens, pobres, negras, de áreas rurais, com menor acesso à informação e com menor poder aquisitivo para acessar clínicas e medicamentos seguros.

A pesquisadora ressaltou ainda que esta decisão não obriga mulheres contrárias à prática do aborto, mas garante às outras a liberdade de se submeter a esse procedimento de uma forma segura e livre.

De acordo com a especialista, uma em cada cinco mulheres brasileiras de 40 anos de idade já fez pelo menos um aborto. Ainda segundo ela, em 2015, foram mais de 500 mil mulheres brasileiras se submetendo a esse procedimento. Para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entretanto, o tema deveria ser discutido no Legislativo. Na opinião da entidade, o assunto contaria com uma participação popular mais expressiva se fosse discutido no Congresso Nacional.

Para dom Ricardo Hoepers, bispo de Rio Grande (RS), a discussão restrita ao Supremo é “um transtorno democrático porque impede um aprofundamento do debate e a participação efetiva da população”.

Mestre e doutor em Bioética e Teologia Moral na Academia Alfonsiana, em Roma, Hoepers defende que o debate sobre o aborto é uma questão social e não apenas religiosa. Ele destaca ainda que a CNBB é uma instituição que faz parte da história democrática do país e, por isso, deve ter espaço para defender sua posição. Segundo o bispo, seu papel será o de ressaltar a reflexão em defesa da vida.

Dom Hoepers reconhece o drama de milhares de mulheres que tentam o aborto de forma ilegal e que acabam morrendo durante o procedimento. Segundo ele, esse problema poderia ser sanado com políticas públicas integrais de proteção à maternidade e cuidado com a vida reprodutiva feminina.

JORNAL ESTADO DE DIREITO. 02/08/2018. Disponível em: www.estadodedireito.com.br. Acesso em: 09/08/2018.

43. O tema “aborto” tem suscitado diversas discussões em diferentes partes do mundo e também na sociedade brasileira. Nesse contexto, analise o excerto anterior e escreva **F** para as afirmações falsas e **V**, para as verdadeiras, de acordo com o exposto.

- I. () As posições são unânimes, entre um representante civil e outro religioso, em relação à legalização do aborto, pois ambos se engajam na defesa da vida.
- II. () O termo “descriminalização”, do primeiro parágrafo, significa o fim da discriminação social de mulheres que cometem o aborto, principalmente as mais pobres e as menos informadas.
- III. () O número significativo de mulheres que se submeteram ao aborto é um dos argumentos apresentados para a legalização da prática no país.
- IV. () Por ser uma questão social, a legalização do aborto no Brasil teria que ser substituída por políticas públicas específicas de proteção à maternidade.
- V. () Discussões nos Poderes do país, com envolvimento da sociedade aprofundariam o debate sobre o assunto, descaracterizando um transtorno democrático.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) somente I, II e V são verdadeiras.
- B) somente II, IV e V são verdadeiras.
- C) somente I, III e IV são verdadeiras.
- D) somente I e II são verdadeiras.
- E) **somente III, IV e V são verdadeiras.**

44. A progressão textual é um elemento que auxilia na construção de um texto com fluidez e coerência. Nesse sentido, os termos sublinhados no início dos parágrafos dois, três e quatro

- A) não interferem na coerência e fluidez do texto, pois se subentende o autor das afirmações sem esses recursos.
- B) ao serem substituídos por um pronome indefinido, têm o mesmo efeito, já que se referem a alguém mencionado anteriormente.
- C) **caracterizam um recurso linguístico para encadear, de forma progressiva, a ideia introduzida por Débora Diniz, no primeiro parágrafo.**
- D) não são relevantes nesse contexto relativo à coerência e à progressão porque se relacionam ao estudo teórico da Linguística Textual.
- E) são dispensáveis para a progressão do texto, sendo, no entanto, fundamental manter “**De acordo com a especialista**”, no quarto parágrafo, para assinalar o fim do posicionamento.

45. O texto a seguir é referência para a próxima questão.

A arte de aprender com os erros

Um dos modos de medir a grandeza dos homens públicos é compreender como agiram nos momentos de derrota. O ganhador Kofi Annan, secretário geral da ONU de 1997 a 2007, Nobel da Paz de 2001, encerrou seus dias na diplomacia lembrando-se muito mais de seus erros que dos acertos. Para Annan, o maior fracasso foi não ter conseguido evitar a Guerra do Iraque, no vácuo dos atentados de 11 de setembro, na qual uma coalizão liderada pelos Estados Unidos lutava contra o terrorismo. “Foi meu momento mais obscuro”, disse ao lançar seu livro de memórias, *Intervenções – Uma Vida de Guerra e Paz* (Companhia das Letras).

Veja, ed. 2597, p. 28.

A regência de um verbo pode alterar significativamente ou subtrair o sentido de um período. No texto em questão, a regência do verbo “lembrar”

- A) não poderia ser empregada com outro pronome reflexivo, mesmo em outros contextos.
- B) foi empregada corretamente, considerando a combinação de pronome reflexivo e preposição.
- C) desobedeceu à norma-padrão por se tratar de um texto mais informal, com linguagem despojada.
- D) poderia prescindir do uso do pronome ou da preposição alternadamente.
- E) mudaria de sentido caso estivesse em outra posição dentro da oração de que faz parte.

46. O texto a seguir é referência para a próxima questão.

Tel Aviv

À beira do Mediterrâneo, o motor econômico de Israel tem o maior número de *startups* per capita do mundo (uma para cada 290 habitantes), além de um *hub* de tecnologia superado apenas pelo Vale do Silício. Com a mesma determinação de seus empreendedores, os 405 mil moradores da metrópole dedicam-se a um estilo de vida *sababa* (palavrinha mágica que transita do *cool* ao “sem problemas”), curtindo um verão eterno em 14 km de praias brancas com mar cristalino.

LATAM. *O lado desconhecido (e maravilhoso) do novo destino LATAM*. 8/18, p. 44.

Os motivos para que ocorra crase marcada pelo uso de acento grave em língua portuguesa são diversos. No texto em questão, o emprego de acento grave em “À beira” pode ser explicado pela

- A) apresentação de locução adjetiva deslocada para o início do período.
- B) formação do adjunto adverbial com base em substantivo feminino.
- C) obediência ao paralelismo sintático entre as orações do período.
- D) regência nominal, associada ao substantivo próprio “Mediterrâneo”.
- E) regência do verbo “ter”, empregado no mesmo período do texto.

47. Leia o texto a seguir.

Representação gráfica entre a letra e o símbolo, o “pixo” é um elemento visual que permeia a paisagem paulistana. Pode ser visto em marquises, muros, casas e edifícios, comerciais e residenciais. Em projeto de pesquisa recém-concluído, o antropólogo Alexandre Barbosa Pereira, professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), *campus* de Guarulhos, analisou “pixações” feitas em diversas regiões da cidade desde os anos de 1980. Nesse percurso, constatou como jovens de periferia envolvidos com a atividade, caracterizada como gênero de arte urbana cuja essência está em ir além das regras do espaço público, conseguiram obter reconhecimento em circuitos artísticos nacionais e estrangeiros, apesar da relação de tensão permanente com o Estado e suas esferas institucionais. Nos últimos quatro anos, em projeto financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Pereira mapeou práticas culturais juvenis em Santos e São Paulo, em especial a pixação paulistana, e parte de seus resultados são objeto de livro que será publicado no final deste ano. Na obra, o pesquisador explica que os integrantes do movimento diferenciam o conceito de pixação (com “x”) de pichação (com “ch”). Enquanto a palavra grafada com “ch” se refere a frases e inscrições legíveis, o vocábulo com “x” diz respeito à grafia que é entendida apenas pelos integrantes do movimento. Além disso, envolve articulação em grupos, muitos deles da periferia, que buscam lugares de grande visibilidade e acesso difícil para deixar marcas individuais ou coletivas e, com isso, questionar a maneira como a paisagem urbana se estrutura. Qualquer tipo de pichação (ou pixação) é considerada crime ambiental, conforme dispõe a Lei federal nº 9.605/98. Além de multa, está prevista pena de três meses a um ano de prisão aos autores de pichação e grafites não autorizados. As penalidades são maiores quando envolvem edificações tombadas pelo patrimônio histórico.



O processo de ampliação da discussão sobre o pixo em meios artísticos e institucionais ganhou novo capítulo este ano, com a Bienal de Arquitetura de Veneza. Um dos trabalhos concebidos pela curadoria do pavilhão brasileiro é o mapa *The encryption of power*, que representa graficamente o histórico do pixo em parte da cidade de São Paulo. Resultado de uma parceria feita entre a equipe curatorial, Djan Ivson, a Escola da Cidade, e as empresas Mapping-lab e Datazap, o projeto permite visualizar a localização de 4 mil pixações dos últimos 30 anos, muitas aplicadas aos autores, quando flagrados em ação, e notícias sobre o tema. O mapa foi desenvolvido com base em acervos de notícias e cerca de 13 mil postagens no Instagram, que indicavam a localização geográfica de menções feitas a “pixo”, “pichação” e “xarpi”. De acordo com o arquiteto Marcelo Maia Rosa, um dos curadores do pavilhão, o projeto permite compreender a abrangência do pixo na cidade em que, segundo ele, o movimento está mais presente se comparado a outras cidades.

QUEIROZ, Cristina. **Entre transgressão e Arte**, ed. 269, 07/08/2018. Disponível em: revistapesquisa.fapesp.br. Acesso em: 19/08/2018. Adaptado).

Analise o excerto anterior e observe, a seguir, as questões sobre as ideias veiculadas no texto.

- I. O primeiro parágrafo enfoca uma pesquisa acadêmica que analisa pixações/pichações na cidade de São Paulo, apresenta os responsáveis e sua relação com a Arte e a Lei.
- II. As grafias da palavra com “x” ou com “ch” não alteram o sentido do movimento, pois ambos se mobilizam para deixar marcas individuais ou coletivas dos grupos envolvidos para questionar a estrutura do espaço urbano.
- III. A pixação/pichação é considerada crime ambiental, sujeita ao pagamento de multa e de prisão, o que inibe seus integrantes à ação, como mostra o mapa *The encryption of power*, da Bienal de Arquitetura de Veneza.
- IV. A exposição brasileira na Bienal de Arquitetura de Veneza agrega dados sobre pixações/pichações visíveis nas cidades de Santos e São Paulo/BR.
- V. Os dados coletados para a Bienal de Arquitetura de Veneza foram possíveis devido à pesquisa sobre o movimento nos últimos 30 anos e a abrangência das vias digitais, como o Instagram.

Estão **CORRETAS** somente

- A) I, II e III.
- B) II, III e V.
- C) II, IV e V.
- D) I, II e V.**
- E) I, IV e V.

48. O texto a seguir é referência para a próxima questão.

O funeral do ETA

Viajei em maio para o País Basco para assistir à cerimônia de dissolução do último grupo nacional armado da Europa, o ETA. Em Cabo-les-Bains, cidade da região basco-francesa com menos de 7 mil habitantes, ao lado da fronteira espanhola, observadores internacionais seguidos por jornalistas, como eu, acompanharam no dia 4 daquele mês, a “teatralização”, como qualificaram alguns espanhóis, do fim da organização terrorista **cuja** violência assombrou a Espanha por quase meio século.

PIAUÍ. Ago/18, p. 71.

O pronome relativo “cuja”, empregado no último período do texto

- A) atribui a característica da violência à expressão “organização terrorista”.**
- B) minimiza a percepção de violência como característica do ETA.
- C) atenua o impacto da presença da expressão “organização terrorista”.
- D) estabelece uma relação de causa e efeito entre a violência e a organização terrorista.
- E) evita a repetição de substantivos que indicam localização.

Leia o texto a seguir para responder às questões **49** e **50**.

Três em cada 10 brasileiros na faixa de 15 a 64 anos são considerados analfabetos funcionais – ou seja, apresentam limitações para fazer uso da leitura, da escrita e da matemática em atividades cotidianas. Isso inclui, por exemplo, reconhecer informações em um cartaz ou fazer operações aritméticas simples. Os dados são do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) de 2018, estudo realizado pelo Ibope Inteligência e coordenado pela ONG Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro. A pesquisa, realizada entre fevereiro e abril deste ano, ouviu 2.002 pessoas, distribuídas proporcionalmente em todas as regiões do país. O primeiro Inaf foi realizado em 2001. De lá para cá, houve avanços no nível de escolaridade da população. A proporção de brasileiros entre 15 e 64 anos que chegaram ao ensino médio, por exemplo, aumentou de 24% para 40%. No caso do ensino superior, o número passou de 8% para 17%. Apesar disso, a taxa de analfabetismo funcional encontra-se estagnada pelo menos desde 2009. Naquele ano, o índice foi de 27% – valor que se repetiu em 2011 e 2015, últimas edições do Inaf antes de 2018, quando a taxa chegou a 29%.

Os dados demonstram que, quanto maior a escolaridade, maior a condição de alfabetismo. Entre aqueles que chegam ao ensino médio ou concluem a etapa, por exemplo, cerca de 13% são analfabetos funcionais – contra uma média de 34% nos anos finais do ensino fundamental e 70% nos anos iniciais da etapa.

Ainda assim, há dados alarmantes mesmo entre aqueles que alcançam escolaridade mais alta. Apenas 34% dos que chegam ao ensino superior são considerados proficientes, nível mais elevado da escala de alfabetismo. O mesmo ocorre no ensino médio: apenas 45% dos entrevistados que chegaram à etapa situam-se nos dois níveis mais altos da escala, sendo 12% considerados proficientes e 33% no grau intermediário.

A pesquisa mostrou diferenças significativas nas taxas de analfabetismo funcional entre jovens e mais velhos. Na população entre 15 e 24 anos, 12% são considerados analfabetos funcionais. No caso dos que se situam na faixa entre 50 e 64 anos, o valor chega a 53%. O Inaf também detectou desigualdade entre os níveis de alfabetismo da população negra e da branca. De acordo com o estudo, 77% dos brancos são considerados funcionalmente alfabetizados. No caso dos pardos e pretos, esse número cai para 70% e 65% respectivamente.

Disponível em: revistaeducacao.com, 8/8/2018. Acesso em: 20/8/2018.

49. O texto anterior apresenta uma pesquisa do INAF, de 2018, sobre o analfabetismo funcional no Brasil, envolvendo 2.002 pessoas, distribuídas proporcionalmente nas regiões brasileiras. Com base nos dados colhidos, assinale a alternativa que corresponde às informações do texto.

- A) Os indivíduos com mais escolaridade apresentam um percentual maior de alfabetismo e os do Ensino Superior são, em sua maioria, proficientes.
- B) Apesar de mais escolarizados, dos que alcançaram o Ensino Médio, somente 12% é proficiente e o restante é analfabeto funcional.
- C) O analfabeto funcional é capaz de identificar placas, ler informações na rua, em revistas e em jornais, sem limitar sua compreensão.
- D) As taxas de analfabetismo funcional são maiores entre os mais velhos e, os pardos e negros têm a mesma porcentagem de analfabetos funcionais.
- E) Entre 2001 e 2018 houve aumento na escolaridade dos brasileiros do Ensino Médio e do Curso Superior e do analfabetismo funcional também, entre 2009 e 2018.

50. Analise os termos sublinhados no texto anterior e identifique, nas alternativas a seguir, a **CORRETA**.

- A) Apesar disso estabelece uma relação de adversidade e de contrariedade, sendo necessária sua substituição por um termo que denote comparação para compreender o contexto.
- B) Naquele é uma contração da preposição em, com o pronome demonstrativo aquele e se refere a um tempo próximo no discurso, 2009.
- C) Quando está empregado de forma equivocada, pois o conector adequado, de acordo com a Gramática Normativa, é onde.
- D) As expressões aqueles que, dos que se referem aos indivíduos que cursam o Ensino Superior e o Ensino Médio, respectivamente.
- E) Deste é uma contração da preposição de, acrescida do pronome demonstrativo este. Tem a função dêitica e se refere ao ano de 2018, o presente no tempo e no discurso.

51. O texto a seguir é referência para a próxima questão.

A crise social, econômica e política da Venezuela **deixou** de ser um problema exclusivo do país caribenho e se **tornou** um quebra-cabeça para toda a região. As principais potências latino-americanas pressionaram em vão nos últimos anos para obter uma saída para os rumos autoritários de Nicolás Maduro. O problema agora vai além. A migração de venezuelanos, uma enxurrada que supera os 2,3 milhões desde 2014, **colocou** em xeque os Governos da América Latina, que **veem** como a chegada maciça desses cidadãos aos seus países pode colapsar as infraestruturas locais e já **começa** a gerar surtos de xenofobia. Os principais países da região buscam uma resposta coordenada para a crise, que, dão como certo, deverá se agravar depois das últimas medidas econômicas de Nicolás Maduro.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/25/internacional/1535150766_438375.html>. Acesso em: 24/8/18.

As formas verbais de um texto, quando obedecidas as regras da norma-padrão vigente, costumam ser flexionadas de acordo com o número (plural ou singular) do sujeito com que se relacionam. Assinale a alternativa **CORRETA** acerca da relação estabelecida entre sujeito e verbo empregados no texto.

- A) A forma verbal “deixou” deveria ser flexionada no plural para concordar com os substantivos “social, econômica e política” que a antecedem.
- B) A forma verbal “veem” está no plural e concorda com seu sujeito antecedente cujo núcleo é “Governos”.
- C) A forma verbal “tornou” concorda em número com o substantivo composto “quebra-cabeça” que a sucede.
- D) A forma verbal “colocou” fica no singular porque concorda com seu sujeito antecedente “enxurrada”.
- E) A forma verbal “começa” concorda com o sujeito singular posposto “xenofobia”.

52. O texto a seguir é referência para a próxima questão.

Saneamento no Brasil

Os dados do saneamento básico no Brasil não são nada animadores: 34 milhões de pessoas não têm acesso à água e mais de 100 milhões não contam com coleta de esgoto, segundo o Instituto Trata Brasil. Ainda de acordo com a entidade, para que toda a população tenha acesso a esses serviços, estima-se que sejam necessários 317 bilhões de reais em até 20 anos. Mas como transformar esses números em realidade? Para alguns governos, a resposta vem das parcerias público-privadas (PPP). Além dos aportes, a união garante eficiência operacional e ganhos socioeconômicos. “Entre os benefícios da parceria, estão melhorias na saúde pública, geração de empregos, recuperação de áreas para turismo e valorização imobiliária”, diz Rogério de Paula Tavares, diretor-vice-presidente de relações institucionais da Aegea.

EXAME. ed. 1159, 18/4/18, p. 89.

Os sinais de pontuação podem ser empregados com diferentes funções em um texto. Com base nessa informação e na análise dos sinais empregados em “Saneamento no Brasil”, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Os dois-pontos, no contexto em que ocorrem, podem ser substituídos pela conjunção “pois”.
- B) O ponto de interrogação empregado no texto encerra uma pergunta retórica.
- C) O uso de aspas indica uma citação de voz alheia ao texto em discurso indireto.
- D) A vírgula empregada depois de “governos” pode ser substituída por travessão.
- E) As aspas empregadas no texto poderiam ser substituídas por parênteses.

MATEMÁTICA

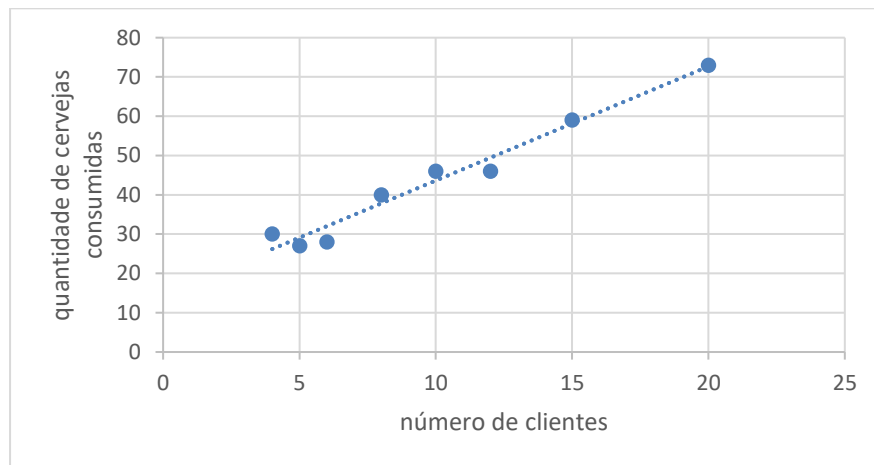
53. Um título de valor nominal N , a vencer no instante n , foi colocado para desconto num banco operando com uma taxa de desconto i , na modalidade Desconto Comercial, capitalização simples. Suponha que o mesmo título, nas mesmas condições especificadas, tenha sido descontado na modalidade Desconto Racional. Para o caso específico, assinale dentre as alternativas seguintes a única **CORRETA**.

- A) No Desconto Racional, o valor Descontado (Valor Atual) é menor.
- B) No Desconto Comercial, a taxa de desconto é igual a taxa efetiva.
- C) O Desconto Comercial é mais vantajoso para o proprietário do título.
- D) No Desconto Racional, o valor do Desconto é menor.
- E) Para responder às questões anteriores seria necessário conhecer o Valor Nominal do título.

54. "Nos mercados financeiros, brasileiro e mundial, mesmo entre os professores, técnicos e executivos, reina muita confusão quanto ao conceito e à classificação das taxas de juros, principalmente no que se refere às taxas nominal, efetiva e real" (Vieira Sobrinho, 2018, p. 161). Apesar da confusão citada, autores consagrados da Matemática Financeira, entre eles o próprio VIEIRA SOBRINHO e também MATHIAS se alinham sobre o conceito de taxa nominal e efetiva. Assim, dentre as alternativas seguintes, assinale a única opção **CORRETA**.

- A) No regime de capitalização composta, dada uma taxa nominal, a taxa efetiva cresce exponencialmente em função do número de capitalizações, tendendo a infinito.
- B) No regime de capitalização composta, dada uma taxa nominal anual com capitalizações semestrais, considera-se que o número de capitalizações é seis.
- C) No regime de capitalização simples a taxa nominal será sempre igual a taxa efetiva.
- D) No regime de capitalização composta, dada uma taxa nominal anual maior que zero, a taxa efetiva anual será maior, caso o número de capitalizações seja superior a um.**
- E) No regime de capitalização composta, dada uma taxa nominal anual, a taxa efetiva permite no máximo 365 capitalizações.

55. A relação entre a quantidade de cerveja consumida e o número de clientes do estabelecimento Rock pode ser representado pelo seguinte gráfico:



É possível através de tal gráfico de dispersão projetar valores futuros por meio da regressão e correlação linear estabelecida entre as variáveis. Para que isso ocorra, deve-se estabelecer uma equação de regressão que forneça a modelagem entre as variáveis e o coeficiente de correlação que mede o grau de relacionamento entre as mesmas. Nestas condições, qual deve ser o valor da regressão para que os valores projetados sejam confiáveis?

- A) próximos a zero
- B) próximos a -2 e +2
- C) próximos a -0,5 e +0,5
- D) próximos a -0,8 e +0,8
- E) próximos a -1 ou +1**

56. Durante experimentos científicos para testar uma nova vacina, verificou-se que a probabilidade de sucesso utilizando os compostos provenientes da marca A é de 70% e a probabilidade de sucesso com os compostos provenientes da marca B é 80%. Nessas condições, a probabilidade de que se tenha sucesso nos testes dessa nova vacina com pelo menos uma das marcas é

- A) 6%.
- B) 15%.
- C) 56%.
- D) 94%.**
- E) 150%.

57. Os valores abaixo tabelados referem-se aos dados dos 8 entrevistados para um cargo de gerência na empresa WYK LTDA. Estes dados foram coletados através de questionário para melhor análise da equipe de recursos humanos da empresa.

CANDI-DATO	IDADE	QUANTIDADE DE CURSOS NA ÁREA	ANOS VIVENDO NA CIDADE	ANOS DE EXPERIÊNCIA NA FUNÇÃO
A	25	2	3	2
B	36	7	15	7
C	42	15	18	20
D	28	3	28	5
E	28	2	28	3
F	36	5	10	5
G	32	2	32	5
H	28	2	28	2

Os valores da média aritmética da quantidade de cursos na área, a mediana dos anos vivendo na cidade e a moda dos anos de experiência na função são, respectivamente:

- A) 4,75 – 23 – 5
B) 4,75 – 18 – 2
C) 2 – 28 – 5
D) 2 – 23 – 5
E) 4,75 – 28 – 2

58. O Sistema de Amortização Constante (SAC) e o Sistema Francês, conhecido também como “Tabela Price” são os sistemas de amortização mais utilizados no Brasil, segundo VIEIRA SOBRINHO.

Preencha o espaço entre parênteses com “V” se o enunciado for verdadeiro ou “F” caso o enunciado seja falso. Em seguida assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. () Tanto no Sistema Francês quanto no SAC, a prestação é composta de Juro e Amortização.
II. () No Sistema Francês as prestações variam linearmente, decrescendo de um período para outro.
III. () No SAC, as prestações são constantes.
IV. () Tanto no Sistema Francês quanto no SAC, a taxa de juros é aplicada sobre o Saldo Devedor anterior para apurar o juro embutido na prestação atual.

- A) Apenas as opções I e II são verdadeiras.
B) Apenas as opções III e IV são verdadeiras.
C) Apenas a opção I é verdadeira.
D) Apenas a opção IV é verdadeira.
E) Apenas as opções I e IV são verdadeiras.

59. O tempo médio de resolução de uma questão de Estatística de um concurso público é normalmente distribuído, com média de 5 minutos e desvio padrão de 1 minuto. Nestas condições, onde os dados são normalmente distribuídos, qual é então, a probabilidade de que um candidato leve mais de 6 minutos para resolver uma questão de Estatística? (Considere $P(z=1) = 0,3413$)

- A) 0,1587.
B) 0,3413.
C) 0,6587.
D) 0,6826.
E) 0,8413.

60. A tabela seguinte mostra a opção de um Negócio na qual o valor no instante zero significa o desembolso, e os demais, as receitas esperadas. Por inspeção visual, verifica-se que para uma taxa de juro igual a zero, o retorno desse investimento é positivo, e para uma taxa de juro de 50% ao ano o retorno é negativo.

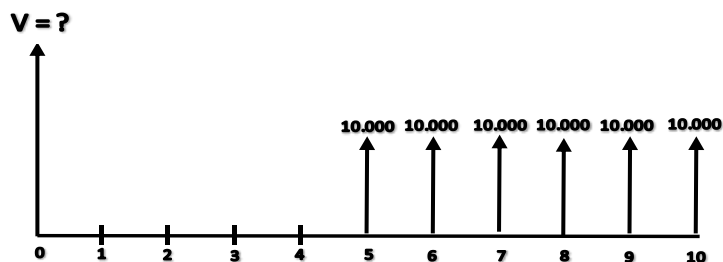
(Considere $\sqrt{69} = 8,307$).

Valores em reais	Data de vencimento em anos
-10.000	0
6.000	1
6.000	2

Assim, assinale a opção que representa a taxa interna de retorno anual dessa proposta de Negócio.

- A) 8,33%.
B) 13,07%.
 C) 15,67%.
 D) 16,61%.
 E) 16,66%.

61. Certo contribuinte tem uma dívida junto a Receita Municipal representada por meio do diagrama seguinte, na qual os períodos são mensais, e os valores em reais.



Considere os dados a seguir:

- a) O Valor Presente P (ou Valor Atual) de uma Série Uniforme (Modelo Básico de Anuidade) é dado pela expressão seguinte,

$$P = R \left[\frac{1 - (1 + i)^{-n}}{i} \right], \text{ na qual } R \text{ é o termo constante.}$$

b) $\frac{1 - (1,015)^{-6}}{0,015} = 5,6972$

c) $(1,015)^{-4} = 0,9422$

Determine o valor V desta dívida no instante zero, cujo valor o contribuinte pretende saldar imediatamente, desde que seja beneficiado por uma taxa de juros de 1,5% ao mês, capitalização composta. Nessas condições, a dívida no instante zero, em reais, será de.

- A) 52.885,74.
B) 53.679,02.
 C) 53.885,73.
 D) 56.961,21.
 E) 56.972,00.

62. Pesquisa realizada com um grupo de 100 pessoas jovens de uma cidade do interior do Estado de São Paulo mostrou que:

	FUMANTES	NÃO-FUMANTES
GRADUADOS	21	39
NÃO-GRADUADOS	26	14

Com base nessa pesquisa, qual é a probabilidade de que ao se escolher, aleatoriamente, uma dessas pessoas, de que a pessoa escolhida seja um jovem graduado fumante ou um jovem não fumante?

- A) 35%.
- B) 47%.
- C) 53%.
- D) 60%.
- E) 74%.

INFORMÁTICA

63. Sobre os conceitos DDL em banco de dados, é **CORRETO** afirmar que
- A) definem a estrutura e organização dos dados armazenados e das relações que existem entre eles, são exemplos de DDL: SELECT, DROP e ALTER.
 - B) permitem ao usuário ou programa de aplicação operações de CRUD (CREATE, READ, UPDATE, DELETE).
 - C) definem a estrutura e organização dos dados armazenados e das relações que existem entre eles, são exemplos de DDL: CREATE, DROP e ALTER.
 - D) permitem ao usuário ou programa de aplicação a operações de SELECT para buscar informações da base de dados.
 - E) definem a estrutura e organização para proteção de dados e de manipulações não autorizadas.
64. O computador é uma máquina que pode ser programada para aceitar dados (entrada), transformá-los em informação (saída) útil e armazená-los para proteção ou reutilização. Portanto, para funcionar, o computador necessita dos dispositivos de entrada, de processamento e de saída. Os dispositivos de entradas mais comuns são
- A) teclado, mouse e leitor de código de barras.
 - B) CPU, teclado e chipset.
 - C) teclado, mouse e webcam.
 - D) memória RAM, teclado e impressora.
 - E) teclado, CPU e mouse.
65. Em Segurança da informação, o termo Integridade se refere
- A) a qualquer modificação não autorizada de dados, quer deliberada ou acidental.
 - B) aos limites em termos de quem pode obter os tipos de informações.
 - C) à informação estar disponível quando necessário.
 - D) ao nível de sigilo aplicado em cada elemento de processamento de dados.
 - E) ao controle de acesso fornecido através de criptografia.
66. Sobre criptografia assimétrica é **CORRETO** afirmar que
- A) utiliza pares de chaves: uma privada, responsável pela criptografia, e uma pública para decifrar a mensagem.
 - B) utiliza pares de chaves privadas responsáveis por cifrar e decifrar a mensagem.
 - C) utiliza pares de chaves públicas responsáveis por cifrar e decifrar a mensagem.
 - D) utiliza pares de chaves: uma pública, responsável pela criptografia, e uma privada para decifrar a mensagem.
 - E) garante a integridade, confidencialidade e disponibilidade da mensagem.

67. Deseja-se fazer uma consulta SQL na tabela vendedor (Antes) e retornar os vendedores em ordem alfabética da tabela vendedor (Depois). Para isso, o comando SQL correto que deverá ser utilizado é

codigo	nome_vendedor	salario_fixo
1	João	R\$1.500,00
2	Mauricio	R\$500,00
3	Antônio	R\$1.000,00
4	Carlos	R\$4.000,00

tabela vendedor
Antes

nome_vendedor	salario_fixo
Antônio	R\$1.000,00
Carlos	R\$4.000,00
João	R\$1.500,00
Mauricio	R\$500,00

tabela vendedor
Depois

- A) SELECT nome_vendedor, salario_fixo FROM vendedor GROUP BY nome_vendedor.
- B) SELECT nome_vendedor, salario_fixo FROM vendedor WHERE BY nome_vendedor > 'A'.
- C) SELECT nome_vendedor, salario_fixo FROM vendedor ORDER BY nome_vendedor.**
- D) SELECT nome_vendedor, salario_fixo FROM vendedor DEC BY nome_vendedor.
- E) SELECT nome_vendedor, salario_fixo FROM vendedor CLASSIFIED BY nome_vendedor.

68. O que é um Sistema Operacional no ambiente computacional?

- A) O Sistema Operacional vem do inglês "Operation System", é um conjunto de programas que gerenciam somente os dispositivos de entrada e saída e dados do computador e seus periféricos.
- B) O Sistema Operacional vem do inglês "Opera System", é um sistema que somente faz comunicação entre o hardware e os demais softwares no computador, com a interface interativa aos usuários.
- C) O Sistema Operacional vem do francês "Ordinateur Système", é um programa ou conjunto de programas que é responsável pelos gerenciamentos de processos e de memórias do computador, sem se preocupar com a interface com os usuários e não controla os dispositivos de entrada e saída.
- D) O Sistema Operacional vem do francês "Ordinateur Système", é um conjunto de programas que faz o gerenciamento de memória, de processos, de arquivos no computador, sem gerenciar os dispositivos de entrada e saída, mas tem uma interface amigável com os usuários.
- E) O Sistema Operacional vem do inglês "Operating System", é um conjunto de programas que gerenciam recursos, processadores, armazenamento, dispositivos de entrada e saída e dados da máquina e seus periféricos. E fornecendo uma interface entre o computador e o usuário.**

69. A Microsoft Windows ou Windows é uma família de sistemas operacionais desenvolvidos, comercializados e vendidos pela empresa americana Microsoft. É constituída por várias famílias de sistemas operacionais, cada qual atendendo a um determinado setor da indústria da computação, desde computadores pessoais até de grande porte. Uma versão para computadores domésticos e empresariais, laptops, tablets e PCs de centros de mídia foi lançada no dia 22 de julho de 2009 e começou a ser vendida livremente para usuários comuns às 00:00 do dia 22 de outubro de 2009, menos de 3 anos depois do lançamento de seu predecessor, Windows Vista. Comparado com este, foi uma versão mais eficiente, limpa, mais interativa de usar e compatível com vários hardwares. Portanto, essa versão é

- A) Windows 8
- B) Windows 10
- C) Windows 7**
- D) Windows XP
- E) Windows Vista 2.1

70. Deseja-se fazer uma consulta SQL nos dados existentes na tabela "vendedor" representada pela tabela "A" e obter como retorno os dados da tabela "B". Assinale o comando SQL que deverá retornar as informações contidas na tabela "B".

nome_vendedor	salario_fixo
José	R\$1.500,00
Carlos	R\$500,00
João	R\$1.000,00

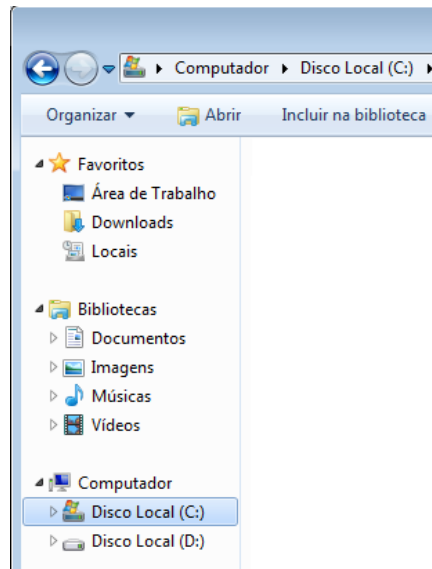
TABELA "A"

nome_vendedor	salario_fixo
José	R\$3.000,00
Carlos	R\$1.000,00
João	R\$2.000,00

TABELA "B"

- A) SELECT nome_vendedor, double(salario_fixo) FROM vendedor.
- B) SELECT nome_vendedor, salario_fixo*2 FROM vendedor.**
- C) SELECT nome_vendedor, salario_fixo * salario_fixo FROM vendedor.
- D) SELECT nome_vendedor, salario_fixo LIKE salario_fixo *2 FROM vendedor.
- E) SELECT nome_vendedor, WHERE salario_fixo = (salario_fixo * 2) FROM vendedor.

71. No gerenciador de arquivos da Microsoft Windows 7, no Windows Explorer, como mostra a figura a seguir, como identificar o espaço usado do Disco Local C do PC?



Sistema Operacional Microsoft Windows Explorer

- A) Abrir o Disco Local (C:) e com o botão esquerdo do mouse, clicar na opção PROPRIEDADES do menu de atalho e assim aparece a janela de diálogo Propriedades com as informações.
- B) Selecionar o Disco Local (C:) e com o botão esquerdo do mouse, abrir a opção INFORMAÇÕES do menu de atalho e assim aparece a janela de diálogo Propriedades com as informações.
- C) Clicar no Disco Local (C:) e com o botão direito do mouse, selecionar a opção INFORMAÇÕES do menu de atalho e assim aparece a janela de diálogo Propriedades com as informações.
- D) Abrir o Disco Local (C:) e com o botão esquerdo do mouse, selecionar a opção EXPANDIR do menu de atalho e assim aparece a janela de diálogo Propriedades com as informações desejadas.
- E) Selecionar o Disco Local (C:) e com o botão direito do mouse, clicar na opção PROPRIEDADES do menu de atalho e assim aparece a janela de diálogo Propriedades com as informações.

72. São protocolos da camada de aplicação da pilha TCP/IP:

- A) HTTP, IP, SMTP.
- B) HTTP, ETHERNET, SMTP.
- C) SMTP, TCP, DNS.
- D) TELNET, UDP, DNS.
- E) TELNET, SMTP, FTP.

73. Uma tecla de atalho ou atalho de teclado é uma combinação de teclas que ao serem pressionadas realizam uma ação que pode ser chamada de função de programa. Dessa forma, permite ao usuário não tirar a mão do teclado. Na ferramenta da Microsoft Word, os atalhos mais comuns neste editor de texto são: copiar, colar, desfazer, refazer, formatar letra e outros. Caso o usuário utilize o atalho **CTRL+Z** qual será a função acionada?

- A) copiar o texto ou objeto selecionado.
- B) recortar o texto ou objeto selecionado.
- C) desfazer a última ação.
- D) colar o texto ou objeto selecionado.
- E) refazer a última ação.

Considere as informações a seguir para responder às questões 74 e 75.

A planilha eletrônica de DIAGNÓSTICO, feita no Microsoft Excel 2016, visa efetuar um teste para determinar a situação física de um indivíduo, dados o Nome do indivíduo, Idade, Peso, Altura e um Código indicando a atividade física que o indivíduo deseja fazer. Veja a planilha a seguir.

	A	B	C	D	E	F	G
1	DIAGNÓSTICO FÍSICO						
2							
3	Nome	José da Silva				Atividade Física	
4	Idade	35				1	
5	Peso	70					
6	Altura	1,75					
7							
8							
9	FREQUÊNCIA CARDÍACA MÁXIMA						
10	185						
11							
12							
13	ZONA ALVO						
14	% Min	% Máx	FCR	Zamin	ZAmáx		
15	60%	75%	80	143	158,7		
16							
17							
18	IMC						
19	22,85714286						

74. A **FREQUÊNCIA CARDÍACA MÁXIMA** corresponde à frequência máxima que esse indivíduo pode atingir de forma a não comprometer a saúde, na seguinte fórmula: $FCM = 220 - IDADE$. Como executar o comando na planilha?

- A) Na célula A10, digite a fórmula: $=220 - A4$
- B) Na célula A10, digite a fórmula: $=220 - B4$**
- C) Na célula A10, digite a fórmula: $220 - B4$
- D) Na célula A10, digite a fórmula: $220 - A4$
- E) Na célula C10, digite a fórmula: $220 - A4$

75. O **IMC (Índice de Massa Corporal)** determina se o indivíduo está no peso ideal pela fórmula $IMC = PESO / (ALTURA^2)$. Qual alternativa indica a ordem **CORRETA** do comando?

- A) Na célula A19, digite a fórmula: $=B5/B6*B6$
- B) Na célula A19, digite a fórmula: $B5/(B6*B6)$
- C) Na célula A19, digite a fórmula: $B5/B6^2$
- D) Na célula A19, digite a fórmula: $=B5/(B6^2)$**
- E) Na célula C19, digite a fórmula: $B5/(B6)*2$

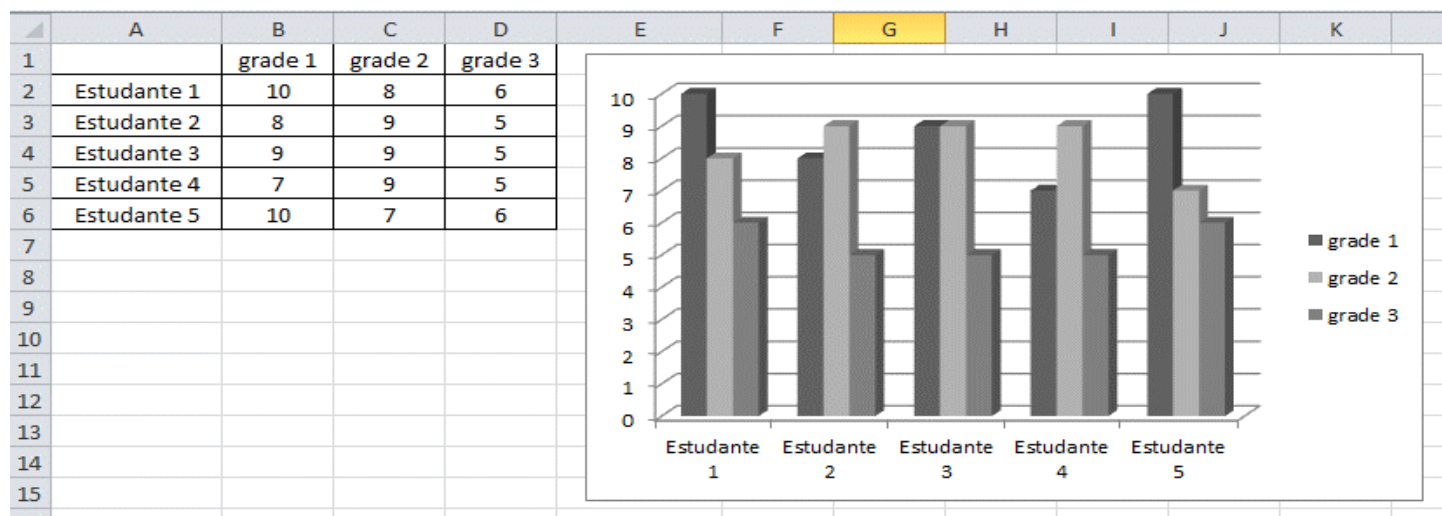
76. Em redes de computadores, o DNS

- A) ou sistema de distribuição de IP's utiliza a porta 22.
- B) ou sistema de domínios utiliza a porta 80.
- C) ou sistema NAC utiliza a porta 443.
- D) ou sistema de nomes utiliza a porta 53.**
- E) ou sistema NAT utiliza a porta 22.

77. Qual a camada da pilha de protocolos TCP/IP que utiliza multiplexação e demultiplexação de portas?

- A) Transporte.**
- B) IP.
- C) Enlace.
- D) Aplicação.
- E) Rede.

78. Observe a planilha eletrônica de NOTAS de 5 estudantes, feita no Microsoft Excel 2016.



O Professor elaborou um gráfico para analisar o desempenho desses 5 estudantes em 3 avaliações. Como ele selecionou as células para construir esse gráfico?

- A) =NOTAS!\$A\$2:\$D\$6
- B) =NOTAS!\$A\$1:\$D\$6**
- C) =NOTAS!\$A\$1..\$D\$6
- D) =NOTAS!\$A\$2..\$D\$6
- E) NOTAS!\$A\$1:\$D\$6

CONTABILIDADE GERAL

79. A taxa de retorno sobre investimentos pode ser obtida por meio da multiplicação da Margem Líquida pelo Giro do Ativo. As empresas que ganham mais na margem normalmente ganham no preço. As empresas que ganham mais no giro visam quantidade. A rentabilidade de uma empresa é obtida por meio de uma boa conjugação entre Preço e Quantidade, ou seja, entre Margem (lucratividade) e Giro (produtividade): Margem de Lucro x Giro do Ativo = TRI. Para encontrar a TRI de uma empresa, é possível utilizar outra fórmula. Assinale a alternativa que produz o mesmo resultado referente a taxa de retorno sobre o investimento.

- A) $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$**
- B) $\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
- C) $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Venda Líquidas}}$
- D) $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
- E) $\frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Não Circulante}}$

80. Abaixo consta um rol de itens de mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis, conforme a NBC TSP Estrutura Conceitual, publicada no DOU em 04/10/2016, Seção I.

- A) Custo histórico
- B) Preço presumido
- C) Mensuração a valor corrente
- D) Custo de cumprimento da obrigação
- E) Valor de mercado
- F) Custo de reposição ou substituição
- G) Preço líquido de venda
- H) Valor em uso
- I) Custo de liberação

Assinale a alternativa que contempla as bases de mensuração para os ativos.

- A) B-C-D-E-F-G
- B) C-D-E-F-G-H
- C) D-E-F-G-H-I
- D) A-E-F-G-H-I
- E) **A-C-E-F-G-H**

Considere a tabela a seguir para responder às questões **81**, **82** e **83**.

Abaixo constam as demonstrações contábeis: Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial da Cia "ABC" nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Demonstração do Resultado do Exercício - Cia "ABC"				
Conta	Descrição	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.426.996	3.255.310	3.706.151
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.776.855	-2.790.511	-3.099.966
3.03	Resultado Bruto	650.141	464.799	606.185
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-327.920	-649.462	-416.040
3.04.01	Despesas com Vendas	-131.226	-134.880	-151.530
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-124.494	-132.079	-148.904
3.04.03	Outras Despesas Operacionais	-72.200	-382.503	-115.606
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	322.221	-184.663	190.145
3.06	Resultado Financeiro	14.583	-52.333	-56.208
3.06.01	Receitas Financeiras	169.844	136.118	105.586
3.06.02	Despesas Financeiras	-155.261	-188.451	-161.794
3.07	Resultado Líquido do Exercício	336.804	-236.996	133.937
Balanço Patrimonial - Cia "ABC"				
Conta	Descrição	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
1	Ativo Total	5.751.180	4.769.806	4.609.156
1.01	Ativo Circulante	2.741.313	2.277.197	2.132.763
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.524.622	1.203.940	865.368
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	1.077
1.01.03	Contas a Receber	542.099	418.963	573.093
1.01.04	Estoques	388.248	409.713	419.492
1.01.05	Tributos a Recuperar	97.995	73.167	127.429
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.195	7.303	6.107
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	180.154	164.111	140.197
1.02	Ativo Não Circulante	3.009.867	2.492.609	2.476.393
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	434.178	548.669	657.710

1.02.02	Investimentos	13.200	13.297	13.306
1.02.03	Imobilizado	1.921.632	1.600.394	1.509.236
1.02.04	Intangível	640.857	330.249	296.141
Conta	Descrição	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
2	Passivo Total	5.751.180	4.769.806	4.609.156
2.01	Passivo Circulante	1.209.405	1.044.562	1.290.540
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	121.429	109.841	137.735
2.01.02	Fornecedores	295.080	302.497	462.465
2.01.03	Obrigações Fiscais	89.080	48.762	31.248
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	485.101	328.377	456.015
2.01.05	Outras Obrigações	207.228	234.047	186.830
2.01.06	Provisões	11.487	21.038	16.247
2.02	Passivo Não Circulante	2.132.110	1.718.112	1.335.298
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.013.145	1.563.179	1.165.541
2.02.02	Outras Obrigações	39.272	26.358	35.346
2.02.03	Provisões	79.693	128.575	134.411
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.409.665	2.007.132	1.983.318
2.03.01	Capital Social Realizado	1.053.760	1.053.760	1.053.760
2.03.02	Reservas de Capital	3.745	7.580	9.172
2.03.03	Reservas de Lucros	733.399	463.666	427.987
2.03.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	618.761	482.126	492.399

81. Com base nas demonstrações contábeis da empresa Cia "ABC", calcule para o ano de 2015, a liquidez corrente e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) R\$1,26.
- B) R\$1,65.
- C) R\$1,95.
- D) R\$2,18.
- E) R\$2,27.**

82. Sobre os dados contábeis da empresa referentes a 2015, 2016 e 2017, calcule o giro do ativo para cada ano e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) No ano de 2017, a empresa conseguiu transformar em vendas o equivalente a 60% do seu ativo.
- B) Ao analisar os três anos individualmente, é percebido que as vendas proporcionalmente ao ativo diminuiram com o passar dos anos de 2015 a 2017.
- C) No ano de 2017, a empresa conseguiu transformar em vendas o equivalente a 80% do seu ativo.**
- D) O ano de 2016 apresentou o melhor indicador de giro do ativo comparando-se com os anos de 2015 e 2017.
- E) O aumento do Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos no ano de 2017 influenciou significativamente para a baixa do giro do ativo nesse ano.

83. Considerando as demonstrações contábeis, assinale a afirmativa que apresenta as informações corretas sobre a análise vertical/horizontal da empresa.

- A) Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos apresentou na análise vertical em 2017 o percentual de 83,64%.**
- B) O percentual do Ativo Circulante na análise vertical do período consultado foi superior ao percentual na análise vertical do Ativo Não Circulante, em relação ao ano de 2017.
- C) Utilizando os percentuais da análise vertical do Patrimônio Líquido Consolidado, é percebido uma diminuição dos percentuais nos anos de 2016 e 2017 em relação ao ano de 2015
- D) A conta fornecedores na análise horizontal apresentou um crescimento de 30% em 2017 com relação ao ano de 2015.
- E) A conta Receita de Venda de Bens e/ou Serviços na análise horizontal apresentou um crescimento de 18% em 2017 com relação a 2015.

84. A Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016, descreve o atual conceito de ativo. Assinale a opção **CORRETA**.

- A) É uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
- B) Corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- C) **É um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.**
- D) Corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- E) São bens, direitos e obrigações.

85. Assinale "**V**" para as afirmações verdadeiras e "**F**" para as afirmações falsas sobre o plano de contas.

- () É o conjunto de contas, previamente estabelecido, para orientar a execução da contabilidade de uma empresa.
- () O plano de contas é estruturado de forma ordenada e leva em consideração algumas características fundamentais, tais como: tamanho da empresa, ramo de atividade, sistema contábil (equipamentos contábeis), interesses dos usuários etc.
- () Sem dúvida, quanto maior o tamanho da empresa, maior a necessidade de detalhar a contabilidade através do plano de contas.
- () O plano de contas será elaborado de acordo com o objetivo de cada empresa, as características do seu ramo ou setor de atividade.
- () As pessoas que utilizam a contabilidade, sejam elas gerentes/administradores, proprietários, governo e outros, são as maiores interessadas em definir que tipo de informação desejam da contabilidade. Portanto, no momento da formulação do plano de contas, não se poderia desprezar os interesses dos usuários.

Assinale a opção que indica a sequência **CORRETA**.

- A) V – F – V – F – V.
- B) **V – V – V – V – V.**
- C) F – V – F – V – F.
- D) V – V – V – V – F.
- E) V – V – V – F – F.

86. Faça a correlação a seguir para as principais correntes doutrinárias da contabilidade.

- 1) Patrimonialista
- 2) Reditualista
- 3) Aziendalista
- 4) Controlista
- 5) Personalista
- 6) Contistas

- () Admite que o objetivo era estudar a matéria sob o ângulo do controle da riqueza e o que de forma correlata com este se relacionasse.
- () Defende o estudo dos aspectos de direitos e das obrigações que envolve os donos da riqueza e tudo o que com esta se relacionasse.
- () Admite que a instituição, a empresa, é o objeto de estudo e que a Contabilidade nada mais faz que inserir-se em um complexo de matérias que se aplicam ao campo celular social.
- () Observa a predominância do lucro como objetivo.
- () Imagina que a Contabilidade deve dedicar-se ao estudo das contas.
- () Reconhece que o objeto de estudos da Contabilidade é o patrimônio, enquanto riqueza gerida para cumprir o fim aziendal.

Assinale a opção com a sequência **CORRETA**.

- A) 5-3-2-6-1-4.
- B) 3-2-6-1-4-5.
- C) 2-6-1-4-5-3.
- D) **4-5-3-2-6-1.**
- E) 6-1-4-5-3-2.



87. A empresa "Cia Preço Sempre Bom S.A." industrializa e comercializa vários produtos no segmento de vestuários. A empresa possui clientes nacionais e internacionais. No mês de abril de 2018, a empresa efetuou uma venda para o mercado nacional, com prazo de recebimento para 60 dias. Na contabilidade, esse faturamento foi reconhecido no mês em que ocorreu a movimentação. Considerando a situação hipotética, qual(is) regime(s) contábil(eis) foi atendido?

- A) Caixa.
- B) Competência.**
- C) Competência e Caixa.
- D) Caixa e Misto.
- E) Misto.

88. Considere as informações obtidas pela contabilidade de custos da empresa "Cia Sempre Alerta S.A.".

Quantidade vendida = 293 unid.

Preço de Venda = R\$ 750,00/unid.

Aluguel = R\$ 23.000,00/mês.

Depreciação = R\$ 15.000,00/mês.

Seguro = R\$ 28.000,00/mês.

IPTU = R\$ 6.000,00/mês.

Custos e Despesas Variáveis = R\$ 430,00/unid.

A Margem de Segurança Operacional, em unidades, é de

- A) 68 unidades.**
- B) 98 unidades.
- C) 105 unidades.
- D) 225 unidades.
- E) 320 unidades.

89. Em relação à Demonstração do Valor Adicionado (DVA), analise as alternativas e marque (V) para verdadeiro e (F) para falso. Na sequência, assinale a alternativa correspondente à sequência **CORRETA**.

- I. () As entidades mercantis (comerciais e industriais) e prestadoras de serviços devem utilizar o Modelo I da DVA, aplicável às empresas em geral, enquanto que, para atividades específicas, tais como atividades de intermediação financeira (instituições financeiras bancárias) e de seguros, devem ser utilizados os modelos específicos (II e III) apresentados nas NBC TG 09
- II. () A primeira parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Deve ser detalhada da seguinte forma: (a) pessoal e encargos; (b) impostos, taxas e contribuições; (c) juros e aluguéis; (d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos; (e) lucros retidos/prejuízos do exercício.
- III. () A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.
- IV. () Para os investidores e outros usuários, essa demonstração proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida.

- A) V-F-V-F.
- B) F-V-F-V.
- C) V-V-F-V.
- D) F-V-F-F.
- E) V-F-V-V.**

90. Segundo o CPC 26, o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui

- A) balanço patrimonial; demonstração do resultado; demonstração do resultado abrangente; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.
- B) Balanço patrimonial; demonstração do resultado; demonstração do resultado abrangente; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa; notas explicativas e demonstração do valor adicionado.**

- C) Balanço patrimonial; demonstração do resultado; demonstração do resultado abrangente; demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa.
- D) balanço patrimonial; demonstração do resultado; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa; notas explicativas e demonstração do valor adicionado.
- E) balanço patrimonial; demonstração do resultado abrangente; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.

91. Analise as alternativas a respeito da Demonstração do Fluxo de Caixa conforme a NBC TG 03 e assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.
 - II. A entidade deve apresentar seus fluxos de caixa advindos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento da forma que seja mais apropriada aos seus negócios. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.
 - III. Os fluxos de caixa advindos das atividades financiamentos são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade. Portanto, eles geralmente resultam de transações e de outros eventos que entram na apuração do lucro líquido ou prejuízo.
- A) Somente a alternativa II está correta.
 - B) Somente a alternativa I está correta.
 - C) Somente as alternativas I e II estão corretas.
 - D) Somente a alternativa III está correta.
 - E) Somente as alternativas II e III estão corretas.

92. Segundo a NBC TG 26, o ativo deve ser classificado como circulante quando atender a alguns critérios. Analise e assinale o critério que **NÃO** pode ser classificado como ativo circulante.

- A) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- B) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- C) Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.
- D) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido na NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.
- E) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.

93. Conforme a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna, analise as alternativas e aponte a alternativa **CORRETA**.

- I. Os procedimentos da Auditoria Interna constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade.
 - II. A análise dos riscos da Auditoria Interna deve ser feita após o encerramento dos trabalhos; pois há mais segurança em apontar os riscos.
 - III. Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou um método de seleção de itens a serem testados, podem ser empregadas técnicas de amostragem.
 - IV. O planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade.
- A) As alternativas I, II e III estão corretas.
 - B) As alternativas II e III estão corretas.
 - C) As alternativas I e II estão corretas.
 - D) As alternativas II, III e IV estão corretas.
 - E) As alternativas I, III e IV estão corretas.

94. O profissional da contabilidade deve cumprir alguns princípios éticos. Aponte a alternativa que apresente todos os princípios éticos conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC PG 100.

- A) Integridade, objetividade, competência profissional e devido zelo, agilidade profissional e comportamento profissional.
- B) Integridade, objetividade, competência pessoal e devido zelo, agilidade profissional e comportamento profissional.
- C) Integridade, objetividade, competência profissional e devido zelo, sigilo profissional e comportamento profissional.
- D) Interatividade, objetividade, competência profissional e devido zelo, sigilo profissional e comportamento profissional.
- E) Interatividade, subjetividade, competência profissional e devido zelo, sigilo profissional e comportamento profissional.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

95. Sobre o procedimento administrativo do Processo Fiscal de determinação e exigência de créditos tributário do Município de Campo Grande/MS (Lei Complementar 02/1992), analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. A prorrogação do prazo para apresentar a impugnação da exigência fiscal ou contestação implica a concessão de novo prazo para pagamento do crédito tributário.
- II. A impugnação contra lançamento não tem o condão de suspender a cobrança dos tributos lançados.
- III. O contribuinte poderá depositar espontaneamente a importância do valor impugnado, calculado até a data do ato, e, a partir dessa data, o crédito tributário não ficará sujeito a correção monetária, nem sobre ele serão devidas multas, nem qualquer acréscimo moratório.

- A) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- B) Apenas a assertiva III está correta.
- C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- D) Apenas a assertiva II está correta.
- E) Apenas a assertiva I está correta.

96. Sobre a Junta de Recursos Fiscais prevista no Código Administrativo de processo fiscal de Campo Grande/MS (Lei Complementar nº 02/1992), assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A Junta de Recursos Fiscais será composta por 11 (onze) membros, sendo 04 (quatro) membros representantes da Prefeitura, 04 (quatro) membros representantes da Câmara de Vereadores e 03 (três) membros representantes dos contribuintes.
- B) Os membros da Junta de Recursos Fiscais e seus suplentes serão nomeados pelo Presidente da Câmara de Vereadores e terão mandato de 04 (quatro) anos, vedada a recondução.
- C) Perderá o mandato o membro da Junta que deixar de comparecer a 03 (três) sessões consecutivas ou 06 (seis) intercaladas, em qualquer exercício de mandato e independentemente de haver motivação justificada.
- D) Os membros da Junta de Recursos Fiscais deverão ser portadores de título universitário e de reconhecida experiência em matéria tributária.
- E) Os membros da Junta de Recursos Fiscais exercem atividade voluntária e não perceberão, em nenhuma hipótese, qualquer gratificação ou remuneração pelos trabalhos prestados nas sessões de julgamento.

97. Em 12/05/2017, Cleópatra, servidora pública estável, foi reinvestida no cargo anteriormente ocupado após sua demissão ter sido invalidada por revisão de inquérito administrativo. Segundo o disposto na Lei Municipal 190/2011 (Estatuto do Servidor de Campo Grande/MS), a hipotética situação se refere à seguinte modalidade de provimento de cargo efetivo:

- A) Reintegração.
- B) Recondução.
- C) Nomeação.
- D) Reversão.
- E) Readaptação definitiva.



98. A Lei 1.466/73 instituiu o Código Tributário Municipal de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. O referido Código dispõe sobre os fatos geradores, a incidência de alíquota, o lançamento, a cobrança e a fiscalização dos Tributos municipais e estabelece normas de Direito Fiscal a eles pertinentes. Analise quais das assertivas abaixo estão em consonância com as disposições da Lei 1.466/73.

- I. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, considera-se domicílio fiscal do contribuinte o local de sua sede contratual ou estatutária, devidamente registrado perante a Junta Comercial do Estado.
- II. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- III. Ajuizada a ação executiva fiscal, cessará a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entretanto, prestar as informações solicitadas pelo órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias.
- IV. É permitida a concessão de parcelamento ou reparcimento de débito fiscal, em até 12 (doze) parcelas, não se excluindo, em caso algum, o pagamento de multas, juros moratórios capitalizados e correção monetária.

Estão **CORRETAS** apenas as assertivas

- A) I e IV.
- B) II e IV.
- C) I e III.
- D) III e IV.
- E) II e III.

99. A sociedade empresária ABC LTDA. adquiriu, a título oneroso, o estabelecimento empresarial de ZXC LTDA., continuando a exploração econômica no mesmo ramo de negócio até então desenvolvido (comércio de bebidas). Após a formalização do ato, a Alienante cessou as atividades empresariais naquele ramo, inaugurando, três meses depois da data da alienação, novo negócio no ramo calçadista. Considerando as disposições acerca da responsabilidade tributária previstas na Lei Municipal 1.466/73, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Tendo em vista que a Alienante iniciou atividade econômica em outro ramo após a alienação, a Adquirente responde integralmente pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato.
- B) Tendo em vista que a Alienante iniciou nova atividade econômica no prazo de 6 (seis) meses a contar da data da alienação, a Adquirente responde subsidiariamente pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato.
- C) Tendo em vista que a Alienante cessou as atividades econômicas no ramo anterior, a Adquirente responde solidariamente pelos tributos relativos do estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato.
- D) Os tributos devidos até a data do ato serão de responsabilidade integral e exclusiva da Alienante, na qualidade de sujeito passivo da obrigação tributária.
- E) Como houve manutenção da mesma atividade econômica, a Alienante responde subsidiariamente pelos tributos relativos ao estabelecimento alienado, anteriores à data do ato ou posteriores, pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da venda do estabelecimento.

100. Segundo a Lei 9.393/96, o contribuinte ou o seu sucessor comunicará ao órgão local da Secretaria da Receita Federal (SRF), por meio do Documento de Informação e Atualização Cadastral do ITR (DIAC), as informações cadastrais correspondentes a cada imóvel, bem como qualquer alteração ocorrida, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal. Dentre as opções abaixo, qual delas NÃO consta como sendo de comunicação obrigatória à SRF:

- A) Cessão de direitos.
- B) Sucessão *causa mortis*.
- C) Anexação.
- D) Esbulho possessório.
- E) Desmembramento.

101. A Lei Complementar 190, de 22 de dezembro de 2011, institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Poder Legislativo e dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Poder Executivo, de natureza estatutária e de direito público. Sobre as disposições relativas à frequência do servidor público municipal de Campo Grande/MS, analise as assertivas que seguem.

- I. As horas excedentes não poderão ser utilizadas para pagamento de gratificação por serviço extraordinário, devendo necessariamente ser repassadas ao banco de horas para compensação anual.



- II. O atraso e a ausência do servidor ao serviço, por período inferior a sessenta minutos, serão compensados no mesmo dia e, se não forem compensadas, implicarão a perda de um terço da remuneração do dia do servidor.
- III. O atraso, a saída antecipada ou a ausência durante o expediente, por período igual ou superior a sessenta minutos, serão considerados como falta, para todos os efeitos legais, inclusive com a perda da remuneração do dia de serviço.

Apenas a(s) assertiva(s)

- A) I e III estão corretas.
- B) II e III estão corretas.**
- C) III está correta.
- D) II está correta.
- E) I está correta.

102. A Lei 2.592/1989 institui o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por ato oneroso *inter vivos*, no âmbito do município de Campo Grande/MS. Sobre o tema, analise as assertivas que seguem.

- I. A incidência do ITBI alcança a transferência onerosa de direitos reais sobre imóveis, exceto as de garantia, assim como das ações que os assegura.
- II. O ITBI não incide sobre a transmissão de bens imóveis, mediante ato oneroso *inter vivos*, ou direito a eles relativos, quando transfere para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- III. Na arrematação ou leilão realizado em processo judicial, a base de cálculo do ITBI será o valor estabelecido na avaliação judicial do imóvel.

Marque a opção em que **ESTÁ(ÃO) CORRETA(S)** apenas

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.**
- E) II e III.

103. Sobre o Programa de Incentivos para o Desenvolvimento Econômico e Social de Campo Grande/MS (PRODES), analise as afirmações.

- I. O Programa de Desenvolvimento (PRODES) contempla todos os estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços existentes no núcleo industrial de Campo Grande/MS e nos loteamentos sociais implantados pelo Poder Público Municipal.
- II. Para implementação do PRODES, o Chefe do Poder Executivo, mediante parecer aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CODECON), poderá doar terreno para a construção das obras necessárias ao funcionamento de empresa interessada em instalar as suas atividades em Campo Grande/MS.
- III. Um dos objetivos do PRODES é o de proteger as empresas oriundas da região de Campo Grande/MS, criando mecanismos de proteção do mercado regional para evitar a instalação de empresas de outras regiões do território nacional ou do exterior.

Assinale a opção que indica a análise **CORRETA**.

- A) Apenas I e III estão corretas.
- B) Apenas III está correta.
- C) Apenas I e II estão corretas.**
- D) Apenas II está correta.
- E) Apenas I está correta.

104. Sobre as políticas de estímulo ao crédito e à capitalização previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, em especial relativas ao chamado investidor-anjo, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Para incentivar as atividades de inovação e os investimentos produtivos, a sociedade enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte poderá admitir o aporte de capital de investidor-anjo, cujo valor deverá integrar o total do capital social da empresa.
- B) O investidor-anjo somente poderá exercer o direito de resgate depois de decorridos, no mínimo, dois anos do aporte de capital, ou prazo superior estabelecido no contrato de participação.**
- C) O investidor-anjo poderá ser chamado a responder por qualquer dívida da empresa, inclusive em recuperação judicial, mediante instituto da desconsideração da personalidade jurídica.



- D) Para fins de enquadramento da sociedade como microempresa ou empresa de pequeno porte, os valores de capital aportado pelo investidor-anjo deverão ser considerados receitas da sociedade.
- E) O investidor-anjo será inserido no contrato social e será considerado sócio da pessoa jurídica para todos os efeitos legais, inclusive com poderes de gerência e administração.

105. A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Considerando as disposições nela previstas, analise as assertivas a seguir.

- I. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na LC 123/2006, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica que participe do capital de outra pessoa jurídica.
- II. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na LC 123/2006, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.
- III. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na LC 123/2006, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica constituída sob a forma de cooperativas, inclusive as de consumo.

Indique a opção **CORRETA**.

- A) Apenas II e III estão corretas.
- B) Apenas III está correta.
- C) Apenas II está correta.
- D) Apenas I e II estão corretas.**
- E) Apenas I está correta.

106. A Lei Complementar 126/2008 estabelece normas regulamentadoras para apuração, lançamento e arrecadação de Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), devidos pelos serviços prestados pelos registradores, escrivães, tabeliães, notários ou similares. Sobre suas disposições, leia as assertivas abaixo.

- I. Incorporam-se à base de cálculo do ISSQN os valores recebidos pela compensação de atos gratuitos ou de complementação de receita mínima de serventia.
- II. A base de cálculo do ISSQN compreende os valores recebidos de encargos ou similares dos serviços prestados pelos registradores, escrivães, tabeliães, notários ou similares, aos usuários do serviço, incluindo-se também os valores destinados ao estado ou a outras entidades públicas por força de lei.
- III. Incluem-se na base de cálculo do ISSQN os valores devidos pelos usuários por serviços adicionados, tais como reprografia, encadernação, digitalização, entre outros, quando prestados conjuntamente com os serviços relativos aos atos notariais e de registros praticados.

Está(ão) **CORRETA(S)** apenas

- A) I e III.**
- B) I e II.
- C) III.
- D) II.
- E) I.

107. A Lei Complementar nº 142, de 21/09/2009, institui no âmbito do município de Campo Grande/MS o regime jurídico tributário diferenciado, favorecido e simplificado a ser dispensado à Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte e ao Microempreendedor Individual. Sobre o recolhimento de ISSQN por estimativa previsto na referida legislação, analise as assertivas que seguem e, após, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. Feito o enquadramento da microempresa no regime de estimativa, compete à Fazenda Pública Municipal notificar o contribuinte do “quantum” do tributo fixado, do prazo e da importância da parcela a ser mensalmente por ele recolhida.
- II. O lançamento procedido por estimativa dispensa o contribuinte da emissão de documentos fiscais e da respectiva escrituração.
- III. O enquadramento do sujeito passivo no regime de estimativa, a critério da Fazenda Pública Municipal, deverá ser feito por categoria de estabelecimento ou por grupos de atividades, sendo vedada a realização de forma individual ou por faixa de recolhimento.

- A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- B) Apenas a assertiva III está correta.
- C) Apenas a assertiva I está correta.**
- D) Apenas a assertiva II está correta.
- E) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

108. Acerca do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e do pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária dispostos na Lei 9.393/1996, analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. O ITR incide inclusive sobre o imóvel declarado de interesse social para fins de reforma agrária, enquanto não transferida a propriedade, exceto se houver imissão prévia na posse.
- II. A concessão de incentivos fiscais e de crédito rural, em todas as suas modalidades, bem como a constituição das respectivas contrapartidas ou garantias, ficam condicionadas à comprovação do recolhimento do ITR, relativo ao imóvel rural, correspondente aos últimos cinco exercícios, ressalvados os casos em que a exigibilidade do imposto esteja suspensa, ou em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- III. Independentemente de qualquer outro requisito adicional, é isento de ITR o imóvel rural compreendido em programa oficial de reforma agrária, caracterizado pelas autoridades competentes como assentamento.

Somente está(ão) **CORRETA(S)**

- A) II e III.
- B) II.
- C) I.
- D) III.
- E) I e II.**

109. Seguindo as disposições previstas da Lei Complementar 128/2008, analise as assertivas relativas ao Microempreendedor Individual (MEI).

- I. O Microempreendedor Individual poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, os quais serão calculados de acordo com a receita bruta por ele auferida no mês.
- II. Não poderá optar pela sistemática de recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional, em valores fixos mensais, o Microempreendedor Individual que possua mais de um estabelecimento.
- III. Consideram-se Microempreendedores Individuais todos os empresários individuais que tenham auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Marque a opção que indica apenas a(s) assertiva(s) **CORRETA(S)**.

- A) II e III.
- B) II.**
- C) III.
- D) I e II.
- E) I.

110. A Resolução CGSN nº 140/2018, do Comitê Gestor do Simples Nacional, trata do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Sobre suas disposições, analise as assertivas abaixo e, depois, assinale a alternativa que indica a(s) opção(ões) **CORRETA(S)**.

- I. A base de cálculo para a determinação do valor devido mensalmente pela ME ou pela EPP optante pelo Simples Nacional será a receita bruta total mensal auferida (Regime de Competência) ou recebida (Regime de Caixa), conforme opção feita pelo contribuinte.
- II. A opção pelo Simples Nacional deverá ser formalizada por meio do Portal do Simples Nacional na internet e será irretratável para todo o ano-calendário.
- III. Se determinada atividade econômica passar a ser considerada impeditiva do ingresso no Simples Nacional, a ME ou a EPP que a exerce deverá comunicar o fato à RFB e providenciar sua exclusão do Simples Nacional, cujos efeitos terão início imediato.

- A) Apenas I e III estão corretas.
- B) Apenas II e III estão corretas.
- C) Apenas I e II estão corretas.**
- D) Apenas II está correta.
- E) Apenas I está correta.



EM BRANCO